

Bonaire Participações S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2008 e de 2007
com Relatório da Administração e Parecer
dos Auditores Independentes*

KPMG Auditores Independentes

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**

A Administração da Bonaire Participações S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete a apreciação de Vossas Senhorias os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, as respectivas demonstrações de resultados, as mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, notas explicativas correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e o Parecer dos Auditores Independentes.

Tendo em vista que a Sociedade é uma *holding* não-operacional, suas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de sua controlada, CPFL Energia.

Auditores Independentes - Instrução CVM nº 381/2003:

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Bonaire Participações S.A., contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a qual não se prestou nenhum outro serviço não relacionado a essa auditoria.

Agradecemos todo o apoio recebido.

A administração

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da
Bonaire Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) da Bonaire Participações S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório - que nos foi fornecido - foi emitido em 22 de janeiro de 2009, sem ressalvas. A Bonaire Participações S.A. avalia sua participação indireta na BAESA - Energética Barra Grande S.A. pelo método de equivalência patrimonial bem como consolida esse investimento pelo método proporcional. Em 31 de dezembro de 2008 o saldo desse investimento é de R\$ 17.525 mil (R\$ 16.615 mil em 2007), e o resultado da equivalência patrimonial desse investimento no resultado do exercício é de R\$ 919 mil de ganho (R\$ 503 mil de ganho em 2007). As demonstrações financeiras dessa investida indireta incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativos proporcionais de R\$ 47.317 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 48.585 em 31 de dezembro de 2007). Nosso relatório, no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento indireto, está fundamentado exclusivamente no parecer dos auditores independentes da BAESA - Energética Barra Grande S.A.
- 3 As demonstrações financeiras da controlada indireta CPFL Jaguariúna S.A. (anteriormente denominada CMS Energy Brasil S.A.) e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 - versão sem considerar os ajustes da lei 11.638/07 e medida provisória 449/08 - foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório - que nos foi fornecido - foi emitido em 18 de janeiro de 2008, sem ressalvas. A Bonaire Participações S.A. avalia sua participação indireta na CPFL Jaguariúna S.A. pelo método de equivalência patrimonial bem como consolida esse investimento pelo método proporcional. Em 31 de dezembro de 2007 o saldo desse investimento era de R\$ 50.331 mil, e o resultado da equivalência patrimonial desse investimento no resultado do exercício era de R\$ 3.059 mil de ganho. As demonstrações financeiras dessa investida indireta incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam ativos de R\$ 61.738 mil em 31 de dezembro de 2007. Nosso relatório, no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento, está fundamentado exclusivamente no parecer dos auditores independentes da CPFL Jaguariúna S.A. e suas controladas.

- 4 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 5 Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes sobre os saldos decorrentes das investidas indiretas, conforme mencionado no segundo e terceiro parágrafo, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire Participações S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 6 Conforme detalhado na Nota Explicativa 3 - item (c.1) às demonstrações financeiras, em decorrência da segunda revisão tarifária periódica e do reajuste tarifário anual, previstos nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário das controladas indiretas, Companhia Piratininga de Força e Luz, Companhia Paulista de Força e Luz e Rio Grande Energia S.A. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão e do reajuste definitivos, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas em exercícios subsequentes.
- 7 Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, exceto pela Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos que foi substituída, conforme a Lei 11.638/07, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

23 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça
Contador CRC 1SP125991/O-0

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	(nota)	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE					
Disponibilidades	(4)	188.258	204.955	281.603	344.914
Consumidores, concessionários e permissionários	(5)	-	-	217.727	229.968
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(12)	76.667	90.947	-	-
Títulos e valores mobiliários	(6)	-	-	4.839	4.433
Tributos a compensar	(7)	-	-	22.050	22.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8)	-	-	(10.432)	(12.099)
Despesas pagas antecipadamente	(9)	-	-	12.889	25.646
Créditos fiscais diferidos	(10)	-	-	27.850	21.315
Estoques		-	-	1.973	1.874
Diferimento de custos tarifários	(3)	-	-	80.742	67.360
Derivativos	(32)	-	-	4.620	126
Outros créditos	(11)	5	5	14.024	14.092
Total do ativo circulante		<u>264.930</u>	<u>295.907</u>	<u>657.885</u>	<u>720.623</u>
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Consumidores, concessionárias e permissionários	(5)	-	-	36.200	27.201
Depósitos judiciais	(21)	-	-	75.903	63.008
Títulos e valores mobiliários	(6)	-	-	12.244	12.337
Tributos a compensar	(7)	15.866	10.634	28.763	23.278
Créditos fiscais diferidos	(10)	-	-	143.302	147.537
Diferimento de custos tarifários	(3)	-	-	19.917	26.048
Despesas pagas antecipadamente	(9)	-	-	12.551	5.454
Derivativos	(32)	-	-	50.209	-
Outros créditos	(11)	-	-	28.000	29.328
		<u>15.866</u>	<u>10.634</u>	<u>407.089</u>	<u>334.191</u>
Investimentos	(12)	634.905	626.290	13.106	12.922
Imobilizado	(13)	-	-	836.781	757.011
Intangível	(14)	-	-	341.594	361.303
Diferido		-	-	2.598	2.847
		<u>634.905</u>	<u>626.290</u>	<u>1.194.079</u>	<u>1.134.083</u>
Total do ativo não circulante		<u>650.771</u>	<u>636.924</u>	<u>1.601.168</u>	<u>1.468.274</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>915.701</u></u>	<u><u>932.831</u></u>	<u><u>2.259.053</u></u>	<u><u>2.188.897</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

PASSIVO	(notas)	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
CIRCULANTE					
Fornecedores	(15)	-	-	124.276	109.805
Encargos de dívidas	(16)	-	-	3.679	7.481
Encargos de debêntures	(17)	-	-	12.918	9.048
Empréstimos e financiamentos	(16)	-	-	66.186	109.071
Tributos e contribuições sociais	(20)	-	-	58.744	76.424
Provisões para contingências	(21)	-	-	2	97
Debêntures	(17)	-	-	73.385	19.561
Derivativos	(15)	-	-	6.761	2.346
Obrigações estimadas	-	-	-	5.850	5.565
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(23)	113.488	344.252	116.786	347.381
Entidade de previdência privada	(18)	-	-	5.578	8.158
Taxas regulamentares	(19)	-	-	11.899	8.691
Diferimento de ganhos tarifários	(3)	-	-	20.984	29.102
Outras contas a pagar	(22)	7	7	66.412	54.119
Total do passivo circulante		<u>113.495</u>	<u>344.259</u>	<u>573.460</u>	<u>786.849</u>
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(15)	-	-	10.793	28
Encargos de dívidas	(16)	-	-	9.375	3.296
Empréstimos e financiamentos	(16)	-	-	485.404	361.740
Debêntures	(17)	-	-	256.422	279.394
Entidade de previdência privada	(18)	-	-	64.292	82.996
Tributos e contribuições sociais	(20)	-	-	815	2.091
Provisões para contingências	(21)	-	-	13.618	14.727
Diferimento de ganhos tarifários	(3)	-	-	5.159	8.652
Derivativos	(32)	-	-	122	21.635
Outras contas a pagar	(22)	-	-	26.212	27.768
Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>872.212</u>	<u>802.327</u>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS					
NÃO CONTROLADORES				<u>11.175</u>	<u>11.149</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	(23)	694.576	527.605	694.576	527.605
Reserva de lucros		107.630	61.513	107.630	61.513
Lucros acumulados		-	(546)	-	(546)
Total do patrimônio líquido		<u>802.206</u>	<u>588.572</u>	<u>802.206</u>	<u>588.572</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>915.701</u></u>	<u><u>932.831</u></u>	<u><u>2.259.053</u></u>	<u><u>2.188.897</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	(notas)	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
RECEITAS	(24)				
Fornecimento de energia elétrica		-	-	1.555.391	1.563.058
Suprimento de energia		-	-	119.974	86.399
Outras receitas		-	-	142.825	147.919
		-	-	1.818.190	1.797.376
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
ICMS		-	-	(308.768)	(313.376)
PIS		-	-	(29.511)	(30.655)
COFINS		-	-	(135.912)	(139.863)
ISS		-	-	(376)	(221)
Reserva global de reversão		-	-	(6.129)	(6.610)
Conta Consumo de Combustível - CCC		-	-	(46.233)	(53.876)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE		-	-	(51.740)	(50.405)
Programa de P&D e Eficiência Energética		-	-	(11.640)	(11.963)
Encargos emergenciais (ECE/EAAE)		-	-	-	(6)
		-	-	(590.309)	(606.975)
Receita líquida		-	-	1.227.881	1.190.401
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com energia elétrica	(25)	-	-	(605.688)	(512.654)
Energia comprada para revenda		-	-	(114.338)	(88.909)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	(720.026)	(601.563)
CUSTO DA OPERAÇÃO					
Pessoal e encargos		-	-	(37.792)	(33.293)
Material consumido		-	-	(6.536)	(6.283)
Entidade de previdência privada	(18)	-	-	10.646	5.932
Depreciação e amortização		-	-	(42.989)	(43.202)
Serviços contratados		-	-	(17.094)	(16.958)
Outros custos de operações		-	-	(6.709)	(4.549)
		-	-	(100.474)	(98.353)
Custo do serviço prestado a terceiros		-	-	(943)	(815)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	406.438	489.670
DESPESAS OPERACIONAIS	(26)				
Despesas com vendas		-	-	(31.180)	(54.153)
Despesas gerais e administrativas		(1.122)	(2.497)	(49.850)	(47.269)
Outras despesas operacionais		-	593	(6.705)	(7.590)
Amortização do intangível de concessão		-	-	(24.294)	(22.304)
		(1.122)	(1.904)	(112.029)	(131.316)
RESULTADO DO SERVIÇO		(1.122)	(1.904)	294.409	358.354
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(12)	161.388	207.620	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(27)				
Receitas financeiras		35.369	10.699	93.884	58.774
Despesas financeiras		-	-	(110.931)	(95.479)
Despesa de juros sobre o capital próprio		(36.820)	(12.267)	(36.820)	(12.285)
		(1.451)	(1.568)	(53.867)	(48.990)
RESULTADO OPERACIONAL		158.815	204.148	240.542	309.364

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	(notas)	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DE IMPOSTOS, ITEM EXTRAORDINÁRIO E PARTICIPAÇÕES		158.815	204.148	240.542	309.364
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social	(10)	-	-	(84.294)	(96.457)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10)	-	-	3.803	(8.120)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES E DA REVERSÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		158.815	204.148	160.051	204.787
(-) Participação de acionistas não controladores				(1.236)	(657)
(-) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio		36.820	12.267	36.820	12.285
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>195.635</u>	<u>216.415</u>	<u>195.635</u>	<u>216.415</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO		<u>66.728.878</u>	<u>66.728.878</u>		
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		<u>2,93</u>	<u>3,24</u>		

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros a realizar	Lucros para expansão		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	527.605	24.646	26.029	-	(203)	578.077
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	216.415	216.415
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	10.838	-	-	(10.838)	-
Juros sobre o capital próprio deliberados	-	-	-	-	(12.267)	(12.267)
Dividendos deliberados	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	(193.653)	(193.653)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	527.605	35.484	26.029	-	(546)	588.572
Dividendos pagos a maior					(2)	(2)
Aumento de capital						
De Terceiros	131.487	-	-	-	-	131.487
Reserva legal	35.484	(35.484)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	195.635	195.635
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	9.782	-	-	(9.782)	-
Reserva de lucros para expansão	-	-	-	71.819	(71.819)	-
Juros sobre o capital próprio deliberados	-	-	-	-	(36.820)	(36.820)
Dividendos deliberados	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	(76.666)	(76.666)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	694.576	9.782	26.029	71.819	-	802.206

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
1 - Receitas	-	-	1.943.840	1.941.531
1.1 Receita de Venda de Energia e Serviços			1.818.190	1.797.376
1.2 Receitas relativas à construção de ativos próprios			130.379	151.401
1.3 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(4.628)	(6.014)
1.4 Provisão para Perdas na Realização de Ativos Regulatórios			(101)	(1.232)
2- (-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.122)	(1.561)	(997.691)	(909.073)
2.1 Custo com Energia Elétrica			(791.080)	(660.932)
2.2 Material			(72.257)	(247.424)
2.3 Serviços de Terceiros	(1.122)	(2.497)	(94.837)	-
2.4 Outros		936	(38.668)	(717)
2.5 Custo do Serviço Prestado a Terceiros			(849)	-
3- Valor Adicionado Bruto (1+2)	(1.122)	(1.561)	946.149	1.032.458
4- Retenções	-	-	(74.325)	(71.343)
4.1 Depreciação e Amortização			(50.031)	(49.039)
4.2 Amortização de Ágio			(24.294)	(22.304)
5- Valor Adicionado líquido Gerado (3+4)	(1.122)	(1.561)	871.824	961.115
6- Valor Adicionado Recebido em Transferência	196.757	218.319	96.341	51.159
6.1 Receitas Financeiras	35.369	10.699	97.577	51.816
6.2 Equivalência Patrimonial	161.388	207.620	-	-
6.3 Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(1.236)	(657)
7- Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	195.635	216.758	968.165	1.012.274
8- Distribuição do Valor Adicionado				
8.1 Pessoal e Encargos	-	-	52.657	49.733
8.1.1 Remuneração Direta			45.774	41.059
8.1.2 Benefícios			2.884	5.509
8.1.3 F.G.T.S.			3.999	3.165
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições		-	601.798	661.885
8.2.1 Federais		-	291.881	347.637
8.2.2 Estaduais			309.007	312.201
8.2.3 Municipais			910	2.047
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros			118.076	93.088
8.3.1 Juros			117.008	93.542
8.3.2 Aluguéis			1.194	919
8.3.3 Outras			(126)	(1.373)
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	195.635	216.758	195.634	207.568
8.4.1 Dividendos	76.668	193.653	76.666	197.516
8.4.2 Juros sobre o Capital Próprio	36.820	12.267	36.820	-
8.4.2 Lucros retidos	82.147	10.838	82.148	10.052
	195.635	216.758	968.165	1.012.274

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro Líquido do exercício incluindo CSLL E IRPJ	195.635	216.415	276.126	309.364
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	1.236	657
Depreciação e Amortização	-	-	71.469	69.348
Provisão para Contingências	-	-	(2.136)	1.183
Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	(855)	-	84.197	69.416
Ganho com Plano de Pensão	-	-	(10.646)	(5.932)
Equivalência Patrimonial	(161.388)	(207.620)	-	-
Perdas (Ganhos) na Baixa de não circulante	26	-	3.872	3.073
PIS e COFINS Diferidos	-	-	(1.641)	(214)
Outros	-	-	170	1.138
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	1.575	39.364
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	167.052	197.961	167.052	197.961
Tributos a Compensar	(4.402)	(2.949)	196	1.072
Diferimento de Custos Tarifários	-	-	(7.252)	13.879
Depósitos Judiciais	-	-	(6.392)	(50.673)
Outros Ativos Operacionais	-	(936)	5.322	(9.823)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	-	-	25.236	(2.245)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(94.772)	(72.990)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	-	-	(6.415)	(5.997)
Diferimento de Ganhos Tarifários	-	-	(11.611)	7.268
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-	-	(10.638)	(11.794)
Encargos de Dívidas Pagos	-	-	(68.870)	(64.329)
Taxas Regulamentares	-	-	3.208	(4.954)
Outros Passivos Operacionais	-	-	14.274	13.616
CAIXA ORIUNDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	196.068	202.871	433.560	498.388
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de participações societárias (líquido de disponibilidade adquirida)	-	-	-	(48.557)
Redução (Aumento) de Capital	-	-	(184)	34
Aquisições de Imobilizado	-	-	(138.918)	(132.213)
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	9.367	(2.274)
Contratos Pré-compra de Energia	-	-	(624)	(3.590)
Acréscimo de Obrigações Especiais	-	-	7.277	8.339
Adições de Intangível - outros	-	-	(10.098)	(13.702)
Adições ao Diferido	-	-	-	1.528
Venda de Ativo não circulante	-	-	3.583	3.048
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	-	(129.597)	(187.387)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de Empréstimos e Debêntures	-	-	274.721	322.738
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-	-	(262.324)	(183.641)
Contratos de Pré Venda de Energia	-	-	254	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	10.449
Integralização do Capital social	-	-	-	-
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(212.765)	(177.865)	(380.199)	(375.341)
Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-	-	274	-
Outros	-	-	-	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	(212.765)	(177.865)	(367.274)	(225.795)
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	204.955	179.949	344.914	259.708
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	188.258	204.955	281.603	344.914

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Sociedade”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, tendo por objeto social a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A., bem como das empresas em que a CPFL Energia S.A. participa como quotista ou acionista.

Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade detinha as seguintes participações:

a) Participação direta

CPFL Energia S.A.

A CPFL Energia (“CPFL Energia”), é uma *holding* que tem como objetivo participar no capital de outras sociedades dedicadas, primariamente, a distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade tem 12,65% do capital total da CPFL Energia.

Acordo de Acionistas da CPFL Energia S.A.

Em 22 de março de 2002 foi assinado acordo entre os acionistas da CPFL Energia S.A.: Bonaire Participações S.A., 521 Participações S.A. e VBC Energia S.A., objetivando assegurar e regular o exercício do controle da CPFL Energia e de suas controladas. Por meio de tal acordo os acionistas obrigaram-se a manter em conjunto, a titularidade de um bloco de ações que lhes garanta, de modo permanente, a maioria dos votos dos administradores e conselheiros fiscais da CPFL Energia e, por intermédio desta, o controle de suas controladas.

Em 27 de agosto de 2002 foi assinado o primeiro termo aditivo e, dentre outras alterações, destacam-se: (i) no caso de mudanças, direta ou indireta, do controle societário de qualquer parte, as demais partes terão o direito de adquirir todas as ações vinculadas pertencentes, direta ou indiretamente, à parte ofertante pelo valor econômico. No caso da Bonaire Participações S.A. e da 521 Participações S.A., cujos controles societários são detidos por Fundos de Investimentos, a saber: Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações (Bonaire) e Fundo de Investimento em Ações BB Carteira Livre I, Fundo de Investimento Financeiro BB Renda Fixa IV (521 Participações S.A.), as disposições desta cláusula são aplicáveis a qualquer mudança que implique que terceiro(s) passe(m) a ser(em) titular(es) da maioria absoluta de suas quotas; e (ii) obrigação de realização de reunião para aprovação do Conselho de Administração de contratos de qualquer natureza de valor global superior a R\$ 20 milhões, ainda que se refiram a despesas previstas no Orçamento Anual ou no Plano Quinquenal de Negócios.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Em 5 de novembro de 2003, foi assinado o segundo termo aditivo, em que se destaca a mudança da quantidade de ações vinculadas ao acordo com o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da CPFL Energia em reunião realizada em 20 de outubro de 2003.

Em 06 de dezembro de 2007, foi assinado o terceiro termo aditivo e, dentre outras alterações, destacam-se: (i) a mudança da quantidade de ações vinculadas ao acordo em decorrência do grupamento de ações da CPFL Energia e dos processos de incorporação de ações das controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da CPFL Energia e de suas Controladas e Coligadas; (iii) alteração da estrutura dos comitês de assessoria à Companhia, conforme Modelo de Governança Corporativa aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 27 de setembro de 2006; e (iv) atualização dos endereços para envio de comunicação às partes signatárias.

- b) Participações indiretas (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes)

b.1) Atividades de distribuição

Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 3,5 milhões de consumidores. Entre os principais municípios estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica; atua principalmente na distribuição de energia para aproximadamente 1,4 milhão de consumidores em 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí. Seu prazo de concessão se encerra em 2028 podendo ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Piratininga.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. (“RGE”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica que atua principalmente na distribuição de energia elétrica a cerca de 1,2 milhão de consumidores, em 262 municípios das regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo ser estendido por período adicional de no máximo 30 anos. A CPFL Energia detém 100% do capital social da RGE .

Companhia Luz e Força Santa Cruz

A Companhia Luz e Força Santa Cruz (“CPFL Santa Cruz”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Média Sorocabana, e em 3 municípios ao norte do Estado do Paraná atendendo a aproximadamente 174 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Ourinhos, Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 99,99% do capital social da CPFL Santa Cruz.

Companhia Paulista de Energia Elétrica

A Companhia Paulista de Energia Elétrica (“CPFL Leste Paulista”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 7 municípios: São José do Rio Pardo, Casa Branca, Caconde, Divinolândia, Itobi, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 49 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada indireta CPFL Jaguariúna detém 96,56% do capital social da controlada indireta CPFL Leste Paulista.

Companhia Sul Paulista de Energia

A Companhia Sul Paulista de Energia (“CPFL Sul Paulista”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 5 municípios: Itapetininga, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Guareí e Alambari, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 68 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada indireta CPFL Jaguariúna detém 87,80% do capital social da controlada indireta CPFL Sul Paulista.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Companhia Jaguari de Energia

A Companhia Jaguari de Energia (“CPFL Jaguari”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 2 municípios: Jaguariúna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 31 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada indireta CPFL Jaguariúna detém 90,15% do capital social da controlada indireta CPFL Jaguari.

Companhia Luz e Força Mococa

A Companhia Luz e Força Mococa (“CPFL Mococa”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa localizado no Estado de São Paulo e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais: Arceburgo, Itamogi e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 40 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada indireta CPFL Jaguariúna detém 89,75% do capital social da controlada indireta CPFL Mococa.

b.2) Atividades de geração

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público e com participação no Capital Social de outras sociedades. Detém 19 pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s) e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 118,6 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão se encerra em 2027 podendo ser prorrogada por período adicional de 30 anos. Possui ainda parte dos ativos do Aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Estes ativos foram arrendados a FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos iniciado em 1998, que assegurou a controlada CPFL Geração as participações de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,8 MW médios). A CPFL Geração, também detém a concessão e os respectivos ativos da PCH Ponte do Silva, com potência total de 125 kW, localizada no Rio São Luiz, no Estado de Minas Gerais, outorgada em outubro de 1989, pelo prazo de 30 anos. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Geração.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (“CPFL Sul Centrais Elétricas”) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, detentora de quatro PCH’s localizadas no estado do Rio Grande do Sul. A potência destas quatro PCH’s é de 2,65 MW e a energia assegurada é de 2,45 MW médios. A controlada indireta CPFL Geração detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Sul Centrais Elétricas.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

A BAESA – Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande (localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada indireta CPFL Geração detém 25,01% do capital social da controlada indireta BAESA.

Campos Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, será de 880 MW, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina. O início das operações comerciais ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a última turbina em maio. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada indireta CPFL Geração detém 48,72% do capital total da controlada indireta ENERCAN.

CERAN – Companhia Energética Rio das Antas

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho (localizada no Estado do Rio Grande do Sul) cuja potência instalada prevista é de 360 MW. A UHE de Monte Claro iniciou suas operações em dezembro de 2004, a UHE Castro Alves em março de 2008 e a

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o poder concedente estabelecer. A controlada indireta CPFL Geração detém 65,00% do capital social da controlada indireta CERAN.

Paulista Lajeado Energia S.A.

A Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a geração e comercialização de energia elétrica. A Paulista Lajeado possui 6,93% da concessão compartilhada da UHE Luis Eduardo Magalhães – Lajeado, cuja potência instalada é de 902,5 MW. A Paulista Lajeado possui ainda 5,91% de participação no capital total da Investco S.A. (“Investco”), que detém os ativos referentes à UHE. Através de contrato de arrendamento esses ativos foram arrendados aos acionistas controladores proporcional as respectivas participações no consórcio, dando-lhes o direito a respectiva parcela da energia assegurada da usina. A parcela referente a participação da Paulista Lajeado (6,93%) é negociada com as controladas indiretas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa. A concessão se encerra em 2032, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada indireta Jaguari Geração detém 59,93% do capital social da controlada indireta Paulista Lajeado.

Sociedades em desenvolvimento:

A controlada indireta em conjunto CPFL Geração detém a participação em novos empreendimentos de geração, cuja totalidade da energia assegurada estará disponível até 2010, aumentando a sua capacidade instalada, proporcionalmente a sua participação, para 2.115 MW. Esta capacidade somada à capacidade instalada das subsidiárias da CPFL Jaguariuna assegurarão uma capacidade instalada total de 2.202 MW no consolidado. Esses empreendimentos são:

Foz do Chapecó Energia S.A.

A Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó (localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cuja potência instalada, prevista no contrato de concessão, será de 855 MW. As obras foram iniciadas em 2006 e a entrada em operação comercial é prevista para 2010. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada indireta CPFL Geração detém 51,00% do capital social da Foz do Chapecó.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

CPFL Bioenergia S.A.

A CPFL Bioenergia S.A. (“CPFL Bioenergia”) que anteriormente era denominada Makelele Participações S.A. (“Makelele”) é uma sociedade de capital fechado, que tem por objeto principal a geração de energia elétrica de origem térmica e vapor d’água através de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar e palha. Em 15 de agosto de 2008 a CPFL Bioenergia assinou um contrato de parceria com a Baldin Bioenergia que prevê a construção de uma Usina Termoeletrica de 45 MW movida a bagaço de cana localizada em Pirassununga, no estado de São Paulo. O investimento previsto para o projeto é da ordem de R\$ 100 milhões e a entrada em operação está prevista para abril de 2010. A controlada indireta CPFL Geração detém 100% do capital da controlada indireta CPFL Bioenergia.

b.3) Atividades de Comercialização e Serviços

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A CPFL Energia detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Brasil.

Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (“CPFL Meridional”) é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada com o propósito de comercializar energia elétrica e serviços de consultoria na área de energia. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada indireta CPFL Brasil detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Meridional.

Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”), é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. A

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

controlada indireta CPFL Brasil detem 99,95% do capital social da Sul Geradora.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

A CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (“CPFL Cone Sul”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada indireta CPFL Brasil detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Cone Sul.

CPFL Planalto Ltda

A CPFL Planalto Ltda (“CPFL Planalto”) é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada indireta CPFL Jaguariúna detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Planalto.

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A (“CPFL Serviços”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo principal a fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral e a prestação de serviços de manutenção, instalação elétrica e outros. A controlada indireta CPFL Jaguariúna detém 89,81% do capital social da controlada indireta CPFL Serviços.

CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda

A CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda (“CPFL Atende”), é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, que tem por objeto a prestação de serviços de teleatendimento em geral, especialmente de atendimento ao consumidor devendo ser realizadas atividades próprias de centros de recepção de chamadas e respostas a chamadas de clientes para atendimento com operadores humanos e atendimento eletrônico – URA. O objetivo inicial é a prestação de serviços para as empresas do grupo e no futuro para demais empresas. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Atende.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

b.4) Outras Empresas

Perácio Participações S.A.

A Perácio Participações S.A. (“Perácio”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente possui 100% do capital social da CPFL Jaguariúna. A controlada CPFL Energia detém 100% do capital social da Perácio.

CPFL Jaguariúna S.A.

A CPFL Jaguariúna S.A. (“CPFL Jaguariúna”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo principal de atuar como holding, possuindo participações societárias diretas e indiretas em empresas que prestam serviço público de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. A controlada indireta Perácio detém 100% do capital social da CPFL Jaguariúna.

Companhia Jaguari de Geração de Energia

A Companhia Jaguari de Geração de Energia (“Jaguari Geração”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo de exploração da geração, distribuição e comércio de energia elétrica. Atualmente, a Jaguari Geração detém 59,93% do capital social da Paulista Lajeado. A controlada indireta CPFL Jaguariúna detém 90,15% do capital social da Jaguari Geração.

Chumpitaz Participações S.A.

A Chumpitaz Participações S.A. (“Chumpitaz”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente não possui participação. A controlada CPFL Energia detém 100% do capital social da Chumpitaz.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

O quadro abaixo demonstra a participação indireta que a Bonaire detém em cada controlada indireta em conjunto em 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

<u>Empresas controladas em conjunto</u>	<u>Participações indiretas</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Distribuição de Energia:		
CPFL Paulista	12,65	12,65
CPFL Piratininga	12,65	12,65
RGE	12,65	12,65
CPFL Santa Cruz	12,65	12,65
CPFL Leste paulista	12,22	12,22
CPFL Sul Paulista	11,11	11,11
CPFL Jaguari	11,40	11,40
CPFL Mococa	11,35	11,35
Geração de Energia:		
CPFL Geração	12,65	12,65
CPFL Sul Centrais Elétricas	12,65	12,65
CERAN	8,22	8,22
Fóz do Chapecó	6,45	6,45
ENERCAN	6,16	6,16
BAESA	3,16	3,16
Paulista Lajeado	6,83	6,83
Comercialização de Energia:		
CPFL Brasil	12,65	12,65
CPFL Meridional	12,65	12,65
Sul Geradora	12,64	12,64
CPFL Cone Sul	12,65	12,65
CPFL Planalto	12,65	12,65
CPFL Serviços	11,36	11,36
CPFL Atende	12,65	-
Empresas de Participação		
Perácio	12,65	12,65
CPFL Jaguariúna	12,65	12,65
Makelele	12,65	12,65
Jaguari Geração	11,40	11,40
Chumpitaz	12,65	12,65

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas (i) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo atendido de forma integral todos os conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, (ii) segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, (iii) em conformidade com as normas definidas pela ANEEL, e (iv) tendo como base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Tendo em vista que a Sociedade é uma *holding* não-operacional, suas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas de sua controlada em conjunto CPFL Energia S.A.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 23 de março de 2009.

2.1 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, dentre outras providências.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória 449/08. Em conformidade com a Deliberação CVM nº 565/08 que aprovou o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade, a controlada CPFL Energia e suas controladas indiretas optaram por registrar as alterações previstas de forma retroativa conforme previsto na Deliberação CVM nº 506/06. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas.

As principais modificações previstas na lei, que refletem ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade e de suas controladas com vigência a partir de 2008, estão descritas a seguir:

- Modificações na prática contábil para registro de instrumentos financeiros, incluindo derivativos tendo como destaque o registro ao respectivo valor justo quando atendidas determinadas condições, conforme previsto pelo CPC 14 Instrumentos Financeiros (nota 32).
 - Introdução do conceito de arrendamento mercantil financeiro e operacional, normatizado pelo CPC 06 Arrendamento Mercantil, incorporando também ao ativo imobilizado os bens corpóreos cujos benefícios, riscos e controle tenham sido transferidos à Sociedade.
 - A Medida Provisória nº 449/08 extinguiu o grupo de contas de ativo diferido, permitindo que os saldos capitalizados até 31 de dezembro de 2008 fossem baixados, reclassificados ou mantidos até a sua total amortização. A partir de 2009 o diferimento de custos está proibido.
 - Introduziu um novo grupo de contas “Intangível” que contempla os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou
-

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio e direito de exploração de concessões. O CPC 04 Intangível normatizou o assunto (nota 14).

- A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, facultando as companhias a manutenção dos saldos até a sua efetiva realização ou a realização do estorno a partir de 01 de janeiro de 2008. A prática de reavaliação de ativos era adotada apenas pela controlada indireta RGE, que possuía suas demonstrações financeiras ajustadas para efeito de consolidação. A administração da RGE deliberou pela mudança da prática contábil de modo a alinhar com a prática adotada da controlada indireta CPFL Energia.
- A Lei substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e criou a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As normatizações para estas peças foram estabelecidas pelos CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, respectivamente.
- A Lei criou a obrigatoriedade da análise periódica quanto à redução do valor recuperável dos ativos. A Sociedade e sua controlada em conjunto CPFL Energia realizaram os procedimentos conforme previsto pelo CPC 01 Recuperação dos Ativos que normatizou o assunto (nota 14).

As alterações nas práticas contábeis na controlada em conjunto CPFL Energia e nas controladas indiretas geraram na Sociedade um ajuste reconhecido na conta de equivalência patrimonial. As reclassificações no balanço patrimonial e no resultado consolidado dos exercícios de 2008 e 2007 estão apresentados a seguir (em valores proporcionais a participação da Sociedade):

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido
	2008	2007	2007
Posição antes da adoção da Lei 11.638	196.125	216.758	589.118
Ajustes na controlada em conjunto CPFL Energia e nas controladas indiretas:			
- Derivativos	(7.737)	(1.460)	(1.621)
- Instrumentos Financeiros reconhecidos ao Valor Justo	7.002	941	794
- Arrendamento mercantil	(7)	-	-
- Imposto diferido sobre os ajustes acima	252	176	281
Efeito na equivalência patrimonial da Sociedade	(490)	(343)	(546)
Posição após a adoção da Lei 11.638	195.635	216.415	588.572

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Reclassificações realizadas:		
Ativo - Do Diferido para Intangível	4.314	5.078
Ativo - Do Imobilizado para Intangível	30.270	26.850
Ativo - Do Investimento para Intangível	307.009	329.375
Resultado - De resultado financeiro para Despesas Operacionais - Amortização do intangível de concessão	(19.471)	(18.173)
Resultado - De resultado não operacional para Outras despesas operacionais	(3.453)	(3.234)

Sumário das principais práticas contábeis

- a) Disponibilidades: Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, que estão registrados aos respectivos valores de mercado.
 - b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar, a consumidores finais, a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.
 - c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.
 - d) Arrendamento Mercantil: Operações que transferem o direito de uso de ativos do arrendador para o arrendatário, incluindo a transferência substancial dos riscos e benefícios, são classificadas como arrendamento mercantil financeiro. As demais operações de arrendamento são classificadas como arrendamento mercantil operacional.
-

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Quando arrendatário, o passivo das operações de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato.

Quando arrendador, os ativos (contas a receber) das operações de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo valor do investimento realizado.

Os respectivos ganhos ou perdas (diferença entre a receita auferida e a amortização do investimento registrado / encargos financeiros) são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ganhos relativos a um arrendamento mercantil operacional são reconhecidos quando incorridos como receita operacional pelo prazo do contrato.

- e) Investimentos: As participações em controladas em conjunto diretas e indiretas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; as demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

- f) Imobilizado: Inclui os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Sociedade os benefícios, os riscos e o controle desses bens (operações de arrendamento mercantil financeiro).

Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme definição do órgão regulador.

- g) Intangível: Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios registrados nas aquisições de controladas, foram amortizados proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEEL. Como tal natureza se classifica como um ativo intangível correspondente ao direito de exploração da concessão, este intangível possui vida útil definida e continuará sendo amortizado mantendo o critério adotado pela Sociedade e suas controladas.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Os demais ativos intangíveis somente são amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente determinada.

- h) Diferido: O ativo diferido refere-se basicamente às despesas pré-operacionais e são amortizados linearmente pelo período estimado de recuperação não superior a 10 anos. As controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua total realização.
- i) Redução ao valor recuperável: Os ativos imobilizados, intangíveis e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio (*goodwill*) e os demais ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.
- j) Atualizações de Direitos e Obrigações: Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação, ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data dos balanços e ajustados a valor presente, quando aplicável, em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.
- k) Imposto de Renda e Contribuição Social: Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. As controladas indiretas em conjunto registraram, também, créditos fiscais referente ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida.

Em conformidade com as disposições previstas no artigo 15 da Medida Provisória nº 449/08, que instituiu o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do Lucro Real, a Sociedade optou por adotar o Regime de Transição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sendo que esta opção aplicar-se-á ao biênio 2008 – 2009, de forma irrevogável, através do envio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

- l) Planos de Aposentadoria e Pensão: As controladas indiretas em conjunto incluem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.

 - m) Provisão para Contingências: As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

 - n) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo, e registrados ao respectivo valor de mercado quando classificado como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

 - o) Derivativos: São classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referidos contratos são contabilizados a valores de mercado, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos no resultado financeiro.

 - p) Resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base, a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, o qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

 - q) Estimativas: A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Sociedade e suas controladas diretas e indiretas em conjunto se baseiem em julgamento
-

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

para a determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas revisam as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

- r) Lucro líquido por ação: É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas dos balanços.

2.2 Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 abrangem os saldos e as transações da Bonaire e de sua controlada em conjunto CPFL Energia, consolidados proporcionalmente à participação da Bonaire nessa controlada em conjunto.

Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Energia são consolidadas com as de suas controladas em conjunto, integral ou proporcionalmente, de acordo com as determinações da Instrução CVM nº 247/96.

A parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e no resultado do exercício. Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados, proporcionalmente à participação no capital social:

- Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto;
- Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas significativas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade, em conformidade com a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (vide tópico 2.1).

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

3. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Sumário dos ativos e passivos regulatórios registrados nas controladas indiretas em conjunto:

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2008	2007	2008	2007
ATIVOS				
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)				
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária (a)	41	436	-	58
Energia livre (a)	58	243	18	61
Revisão tarifária	-	1.845	-	-
Descontos TUSD e geradoras	4.366	8.126	943	2.485
Outros componentes financeiros	<u>847</u>	<u>224</u>	<u>46</u>	<u>12</u>
	<u>5.312</u>	<u>10.876</u>	<u>1.007</u>	<u>2.615</u>
Diferimento de custos tarifários				
Parcela "A"	29.687	43.422	208	21.218
CVA	<u>51.055</u>	<u>23.938</u>	<u>19.709</u>	<u>4.830</u>
	<u>80.742</u>	<u>67.360</u>	<u>19.917</u>	<u>26.048</u>
Despesas pagas antecipadamente (Nota 9)				
Majoração de PIS e COFINS	33	3.175	-	-
Sobrecontratação	5.449	10.336	7.009	3.619
Descontos TUSD e geradoras	443	-	-	-
Subvenção Baixa renda- Perdas	5.193	7.080	4.217	-
Outros componentes financeiros	<u>788</u>	<u>2.683</u>	<u>27</u>	<u>5</u>
	<u>11.905</u>	<u>23.275</u>	<u>11.253</u>	<u>3.624</u>
PASSIVOS				
Fornecedores (nota 15)				
Energia livre (a)	<u>(3.696)</u>	<u>(4.505)</u>	-	<u>(28)</u>
Diferimento de ganhos tarifários				
Parcela "A" (a)	(1.943)	(1.223)	-	(619)
CVA (c)	<u>(19.041)</u>	<u>(27.879)</u>	<u>(5.159)</u>	<u>(8.033)</u>
	<u>(20.984)</u>	<u>(29.102)</u>	<u>(5.159)</u>	<u>(8.652)</u>
Outras contas a pagar (Nota 22)				
Revisão Tarifária	(4.306)	-	(83)	-
Descontos TUSD e Irrigação	(95)	-	(6)	-
Devolução ao Consumidor – Recálculo IRT	-	(3.316)	-	-
Majoração de PIS/COFINS	(15.800)	(14.418)	-	-
Sobrecontratação	(7.476)	(17)	-	(2)
Subvenção baixa renda - Ganhos	(1.656)	(1.082)	(8)	(9)
Outros Componentes Financeiros	<u>(2.097)</u>	<u>(189)</u>	<u>(76)</u>	<u>(7)</u>
	<u>(31.430)</u>	<u>(19.022)</u>	<u>(173)</u>	<u>(17)</u>
Total	<u>41.850</u>	<u>48.880</u>	<u>26.845</u>	<u>23.589</u>

a) Racionamento (RTE, Energia Livre e Parcela "A"):

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado um acordo entre os geradores, distribuidores de energia e o Governo Federal, denominado Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de “baixa renda”) rurais e iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pelas controladas indiretas em conjunto:

a.1) Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”)

Corresponde à perda de receita apurada a partir da comparação da receita de venda de energia efetivamente verificada no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia.

Em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE, as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga em 2007, reconheceram perdas no montante de R\$ 14.658 e R\$ 4.583, respectivamente, registrando a baixa do contas a receber e da provisão de perdas de RTE. As controladas indiretas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa realizaram a RTE em sua totalidade em junho de 2005, dezembro de 2004 e dezembro de 2006, respectivamente.

O saldo de RTE desse exercício refere-se à controlada indireta CPFL Sul Paulista, a qual possui provisão para perdas no montante de R\$ 336, no consolidado, calculada com base nas projeções de receitas esperadas, considerando o crescimento de seu mercado, as expectativas de inflação, juros e aspectos regulatórios. O prazo final definido pela ANEEL para a recuperação da RTE pela CPFL Sul Paulista é janeiro de 2009.

a.2) Energia Livre

Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor, pelos produtores independentes e autoprodutores de energia, durante o período de racionamento.

As concessionárias de distribuição arrecadaram os recursos obtidos do consumidor através do reajuste tarifário extraordinário e os repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

orientações da ANEEL.

Em função do término da cobrança da RTE em 2007, as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga reconheceram perdas de Energia Livre no montante de R\$ 17.148 e R\$ 6.732, no consolidado, respectivamente. A baixa do ativo foi registrada em contrapartida da conta Outras Despesas Operacionais com Vendas e a baixa do passivo em conta de Outras Receitas Operacionais, sem impactos nos resultados líquidos das controladas. A controlada indireta CPFL Sul Paulista possui provisão para perdas de realização da energia livre no montante de R\$ 272, no consolidado. Por se tratar de repasse aos geradores, uma provisão de mesmo montante foi reconhecido no passivo, sem efeitos no resultado líquido.

No caso da controlada indireta RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão, pela distribuidora, de sua quota parte de Itaipu para o programa de racionamento.

Assim como para a RTE, as controladas indiretas RGE e CPFL Geração possuem em 31 de dezembro de 2008, provisão para perda na realização de Energia Livre totalizando o montante de R\$ 970. A controlada CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R\$ 696 referente ao repasse de distribuidores que já encerraram os seus prazos de recebimento.

a.3) Parcela “A”

Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela “A” dos contratos de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Para a controlada indireta CPFL Paulista, a Parcela “A” começou a ser compensada a partir de janeiro de 2008, mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTE. Para a controlada indireta CPFL Sul Paulista, a Parcela “A” começará a ser amortizada a partir de fevereiro de 2009, pelo prazo necessário para atingir o montante registrado. Para as controladas indiretas CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos da Parcela “A” foram amortizados em maio de 2008, novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

Para a controlada indireta CPFL Piratininga, dada a necessidade de se efetuar o faturamento pelo ciclo mensal completo, ocorreu cobrança superior ao saldo existente, sendo o referido valor submetido a ANEEL no processo do Reajuste Tarifário de 2008. Assim, após a sua homologação, a partir de outubro de 2008, deu-se início ao processo de devolução ao consumidor mediante compensação da tarifa, restando ao final deste exercício um passivo no montante de R\$ 1.037.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

As movimentações dos saldos relacionados a RTE, Energia Livre e Parcela “A”, são como seguem:

	Consolidado			Parcela “A” Líquida (3)
	Energia Livre (2)			
	RTE (1)	Ativo	Passivo	
	Acumulado	Acumulado	Acumulado	
Valor Homologado	117.066	47.396	(44.984)	29.227
Remuneração	92.168	36.913	(36.661)	54.037
Perdas	(19.241)	(24.575)	23.879	-
Provisão para Perdas	(336)	(1.242)	272	-
Amortização	(189.614)	(58.415)	53.799	(55.312)
Saldo a amortizar em 31 de dezembro de 2008	43	77	(3.695)	27.952

(1) Resoluções ANEEL nº 480/02, 481/02 e 01/04.

(2) Resoluções ANEEL nº 483/02 e 01/04.

(3) Resoluções ANEEL nº 482/02 e 01/04.

b) Revisão e reajuste tarifário

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL estabeleceu em caráter provisório, o reajuste tarifário e os componentes financeiros relativos a revisão tarifária de 03 de fevereiro de 2008 para as controladas, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, em 08 de abril de 2008 para a controlada CPFL Paulista, em 19 de abril de 2008 para a RGE e em 23 de outubro de 2007 para a controlada CPFL Piratininga, conforme demonstrada abaixo:

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)**

	<u>CPFL Santa Cruz</u>	<u>CPFL Jaguari</u>	<u>CPFL Mococa</u>	<u>CPFL Leste Paulista</u>	<u>CPFL Sul Paulista</u>	<u>CPFL Paulista</u>	<u>RGE</u>	<u>CPFL Piratininga</u>
Receita Verificada	26.986	11.132	6.850	9.760	11.688	654.758	246.752	270.341
Encargos Setoriais	2.720	1.555	593	1.021	1.340	68.426	24.212	32.535
Compra de Energia Elétrica	10.822	5.886	2.702	3.371	4.802	302.926	120.016	120.789
Transporte de Energia	2.186	1.236	626	1.030	1.283	47.921	23.361	26.811
Parcela A total	15.729	8.677	3.920	5.421	7.425	419.272	167.589	180.134
Remuneração Bruta de Capital	1.884	617	463	1.480	980	44.444	22.735	19.550
Quota Depreciação	1.340	315	230	547	535	31.895	12.289	10.260
Empresa de Referência	5.384	1.492	1.698	2.098	2.480	68.615	30.573	30.898
Inadimplência	185	28	16	24	28	4.378	1.840	1.596
Parcela B total	8.793	2.453	2.406	4.148	4.023	149.331	67.438	62.304
Receita Requerida (Parc. A + B)	24.522	11.129	6.327	9.569	11.448	568.604	235.026	242.438
(-) Outras Receitas	(163)	(37)	(52)	(72)	(109)	(3.451)	(1.540)	(1.664)
Receita Requerida Líquida	24.359	11.092	6.275	9.497	11.339	565.153	233.487	240.774
Componentes Financeiros	634	(136)	173	98	(66)	422	23.698	1.995
CVA	(22)	(152)	106	(418)	(122)	(9.427)	4.094	496
Sobrecontratação	(2)	-	-	-	-	(3.483)	354	(418)
Subsídio Baixa Renda Desconto da TUSD e Subsídio Irrigantes	360	(22)	7	40	38	3.863	91	-
664	-	45	126	2	7.681	6.450	1.055	
Encargos de Conexão e Fronteira	10	4	13	298	-	1.223	7	727
Programa Luz para Todos Previsão Subsídio para Cooperativas	149	1	(5)	8	(2)	430	(59)	-
-	-	-	-	-	-	-	13.249	-
Outros componentes	(525)	32	6	44	16	135	(489)	135
Reposicionamento Econômico	-9,73%	-0,35%	-8,40%	-2,69%	-2,98%	-13,69%	-5,38%	-10,94%
Componentes Financeiros	2,60%	-1,23%	2,75%	1,04%	-0,58%	0,08%	10,15%	0,83%
Reposicionamento Total	-7,13%	-1,58%	-5,65%	-1,65%	-3,57%	-13,61%	4,77%	-10,11%

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Fator Xe	0,22%	2,10%	0,24%	1,07%	1,31%	0,83%	0,66%	0,73%
Percepção do Consumidor (*)	-8,14%	-3,56%	-8,15%	-1,45%	-7,11%	-17,21%	2,52%	-15,29%

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

Através da Resolução Homologatória ANEEL nº 716 de 21 de outubro de 2008, o índice provisório da Revisão Tarifária Periódica de 2007 da controlada indireta CPFL Piratininga foi alterado devido à incorporação provisória de um dos aprimoramentos metodológicos submetidos ao processo de Audiência Pública AP 52/2007, no que se refere ao aumento do percentual de receitas irrecuperáveis de 0,5% para 0,6%. Além disso, a receita verificada foi alterada em decorrência da utilização de tarifas sem descontos na composição da Receita Verificada, apenas para alinhamento à metodologia adotada pela ANEEL para o segundo ciclo de revisão tarifária. Com essas alterações, o reposicionamento tarifário passou de -10,94% para -11,76%, sem alteração do Fator Xe que foi mantido provisoriamente em 0,73%.

Para todas as empresas, o caráter provisório da revisão tarifária deve-se a “Empresa de Referência” e ao “Fator Xe”. Adicionalmente, as controladas indiretas RGE e CPFL Santa Cruz ainda possuem em caráter provisório as respectivas Bases de Remuneração, enquanto que a controlada CPFL Paulista possui o componente financeiro relacionado a sobrecontratação (vide tópico 3 c.5). Ver também nota 33 sobre homologação final do 2º ciclo de revisões tarifárias para CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista.

b.2) Reajuste Tarifário 2008

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 717, de 21 de outubro de 2008, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual à controlada indireta CPFL Piratininga, em um percentual médio de 16,54%, composto como segue: 10,92% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,62% relativo a componentes financeiros externos ao reajuste anual.

O percentual médio de reajuste a ser percebido pelos consumidores cativos é de 15,03%.

O reajuste autorizado pela ANEEL é composto dos seguintes itens:

	<u>CPFL Piratininga</u>
Receita Verificada	<u>34.201</u>
Parcela A	<u>205.565</u>
Parcela B	<u>79.165</u>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Receita Requerida (Parc. A + B)	284.730
(-) Outras Receitas	-
Receita Requerida Líquida	284.730
Componentes Financeiros	16.017
Reposicionamento Econômico	10,92%
Componentes Financeiros	5,62%
Reposicionamento Total	16.54%

No reajuste tarifário de 2008 foi aplicado ainda provisoriamente o Fator Xe de 0,73% como redutor da Parcela B. Foi considerado também em caráter provisório o componente financeiro de sobrecontratação (ver 3c.5).

c) Componentes Financeiros

c.1) Revisão Tarifária

Em 2007, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 443, alterou o resultado final da primeira Revisão Tarifária periódica da controlada indireta CPFL Paulista, homologada em abril de 2005, reposicionando as tarifas de fornecimento de energia em 20,66%, em função da revisão do cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2003. A diferença de receita entre o reposicionamento tarifário de 20,29% para 20,66%, e do componente Xe do Fator X, de 1,1352% para 1,2530% correspondeu a um ajuste financeiro, no consolidado, no valor de R\$ 5.676 inclusos os efeitos de PIS/COFINS, que foi compensado financeiramente no Reajuste Tarifário de 2007.

CPFL Piratininga

Em 2006, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 385, e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária interposto pela Bandeirante Energia S.A. (“Bandeirante”), alterou os valores da base de remuneração da controlada indireta CPFL Piratininga.

Com tal alteração, a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reposicionadas em 10,14%. Dessa forma, para refletir o novo percentual provisório definido pela ANEEL, a controlada indireta CPFL Piratininga constituiu em 2006 um ativo regulatório na conta “Consumidores, Concessionárias e Permissionária”, no montante de R\$ 3.412, no consolidado, inclusos os efeitos de PIS e COFINS, sendo amortizados até outubro de 2007.

Através do Despacho nº 3209, de 22 de outubro de 2007, a ANEEL ratificou o resultado da primeira revisão tarifária da controlada indireta CPFL Piratininga, tornando-o definitivo.

CPFL Santa Cruz

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Para atender ao princípio de modicidade tarifária e à condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL estabeleceu em fevereiro de 2004, durante o 1º ciclo de Revisão Tarifária, que as diferenças da Parcela “B” existentes no percentual homologado seriam acrescidas à Parcela “B” dos próximos reajustes tarifários da controlada indireta CPFL Santa Cruz. Desta forma, em janeiro de 2008, a controlada reconheceu as últimas parcelas de diferimento e amortização relacionadas a este componente financeiro.

Conforme comentado na nota 3b.1, a revisão tarifária de 2008 da controlada indireta CPFL Santa Cruz havia sido estabelecida em caráter provisório. Entretanto, através do processo de reajuste tarifário de 2009, a ANEEL estabeleceu em caráter definitivo o resultado da referida revisão (nota 33). Desta forma, de modo a refletir os impactos da Base de Remuneração e “Empresa de Referência” para o adequado período de competência, a controlada indireta CPFL Santa Cruz procedeu ao registro de passivo junto aos consumidores no montante de R\$ 427, no consolidado, tendo como contrapartida um estorno de receita.

RGE

Conforme comentado na nota 3b.1, em 2008, a ANEEL estabeleceu em caráter provisório o resultado do 2º ciclo de revisão tarifária da controlada RGE, estando pendente a definição acerca de sua Base de Remuneração. Em função de discussões e números preliminares disponibilizados pelo órgão regulador, a controlada conservadoramente procedeu ao provisionamento (estorno de receita) no montante de R\$ 3.284, no consolidado, relacionado aos efeitos nas demonstrações financeiras de 2008. A controlada manterá discussão com o órgão regulador e efetuará o ajuste final após a homologação do resultado definitivo previsto para o próximo reajuste tarifário (abril/2009).

CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista

Conforme comentado na nota 3b.1, a revisão tarifária de 2008 das controladas indiretas CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista havia sido estabelecida em caráter provisório (nota 33). Entretanto, através do processo de reajuste tarifário de 2009, a ANEEL estabeleceu em caráter definitivo o resultado da referida revisão. Desta forma, de modo a refletir os impactos da “Empresa de Referência” para o adequado período de competência, as controladas procederam ao registro de passivo junto aos consumidores no montante de R\$ 678 tendo como contrapartida um estorno de receita.

c.2) Descontos TUSD e Irrigação

As controladas reconhecem ativos regulatórios referentes a descontos especiais aplicados sobre a TUSD, para os clientes livres com suprimento de energia

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, e sobre as tarifas aplicadas às atividades de irrigação e aquicultura.

A partir da Revisão Tarifária de 2008 a ANEEL estabeleceu adiantamentos tarifários relacionados à previsão desses descontos para o próximo período tarifário. A diferença entre o valor considerado nesta revisão tarifária e o efetivamente realizado está sendo apurado mensalmente e será considerada no próximo reajuste tarifário.

c.3) CVA

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os saldos líquidos entre ativos e passivos de CVA, segregados por natureza e respectiva competência, estão assim demonstrados:

	Consolidado							
	2008				2007			
	Homologados		Não Homologados	Total	Homologados		Não Homologados	Total
	2008	2007	2008		2007	2006	2007	
Repasso de Itaipu	(8.593)	2.923	(9.836)	(15.506)	(6.105)	(51)	(15.203)	(21.359)
Custos Energia Elétrica	8.613	(4.293)	22.105	26.425	14.769	151	6.967	21.887
Proinfra	1.008	(457)	(1.197)	(646)	898	24	(520)	402
CCC	1.288	3.368	8.697	13.353	(5.648)	32	(1.337)	(6.953)
Transporte de Itaipu	(5)	33	449	477	(124)	9	(190)	(305)
Rede Básica	581	(351)	3.275	3.505	(53)	(635)	(629)	(1.317)
ESS	2.680	153	16.064	18.897	40	30	(1.172)	(1.102)
CDE	286	(425)	198	59	1.008	42	550	1.601
Compensação Financeira	1	(1)	-	-	3	(1)	-	2
	5.859	950	39.756	46.564	4.788	(398)	(11.534)	(7.144)

c.4) Majoração de PIS e COFINS

Refere-se à diferença entre os custos relacionados ao PIS e a COFINS, apurados através da aplicação da legislação atual, e aqueles incorporados à

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

tarifa até abril de 2005 para a controlada indireta CPFL Paulista e outubro de 2005 para a controlada indireta CPFL Piratininga.

Os valores homologados em 2006 e 2007 foram registrados no ativo e foram amortizados até abril de 2008.

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, conservadoramente, optou-se por constituir passivos no mesmo montante dos ativos, registrado na conta “Outras Contas a Pagar” (nota 22).

c.5) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes da sobrecontratação de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. Adicionalmente, face ao disposto na REN nº 255/2007, a ANEEL definiu que os déficits de energia de curto prazo também devem ser tratados via metodologia de repasse da sobrecontratação.

No processo de revisão e do reajuste tarifário, respectivamente das controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, a ANEEL procedeu em caráter provisório o recálculo dos repasses tarifários relacionados a sobrecontratação, efetuado para a data base de 31 de dezembro de 2007.

As controladas, em análise do processo, reviram seus procedimentos e procederam a ajustes contábeis envolvendo o contrato de fornecimento de energia com a CPFL Brasil. Nesse contexto, e de forma conservadora, enquanto não se finaliza o processo definitivo da revisão e do reajuste tarifário, as controladas efetuaram no exercício de 2008 os seguintes registros contábeis:

a) Nas distribuidoras, constituição de contas a receber (provisão) junto à CPFL Brasil de R\$ 7.773, no consolidado, tendo por contrapartida a receita de energia, o custo de energia e a receita financeira, nos montantes de R\$ 2.870, R\$ 3.834 e R\$ 1.069, respectivamente. Como consequência, provisão de retificação do ativo de sobrecontratação de R\$ 4.186, provisão de passivo de sobrecontratação de R\$ 2.997 e uma CVA passiva líquida de R\$ 161 em contrapartida ao custo de energia de R\$ 6.704 e despesa financeira de R\$ 641.

b) Na CPFL Brasil, constituição de provisão de contas a pagar de R\$ 7.773, tendo por contrapartida a reversão da receita de suprimento de energia e despesa financeira de R\$ 6.704 e R\$ 1.069, respectivamente.

De forma conservadora e visando aderência plena aos valores homologados pela Agência Reguladora, as distribuidoras efetuaram também em 2008,

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

provisão para realização de ativo e provisão de passivo relacionado a sobrecontratação, referente a sazonalização e efeitos de perdas, conforme definido provisoriamente pela ANEEL, refletindo os seguintes registros contábeis:

a) Constituição de uma provisão de retificação do ativo de sobrecontratação de R\$ 10.454, provisão de passivo de sobrecontratação de R\$ 6.363, tendo por contrapartida o custo de energia de R\$ 16.585 e despesa financeira de R\$ 231. Em função de parte desse passivo já estar contemplado nas tarifas, o valor vem sendo amortizado e em 31 de dezembro de 2008 possui um saldo remanescente de R\$ 3.527;

b) Constituição de CVA ativa de R\$ 1.469, tendo por contrapartida o custo de energia de R\$ 1.460 e receita financeira de R\$ 9.

Ressaltamos que estas provisões serão mantidas até que a ANEEL finalize suas análises e homologue o resultado final da revisão e do reajuste tarifário.

c.6) Subvenção – Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh, desde que atendidos alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados, a partir da Revisão Tarifária de 2008 definiu-se que, parte deste subsídio seria reembolsada via tarifa no âmbito da própria concessionária (enquadramento por conta da Portaria DNAEE) e o restante (enquadramento por conta da Lei nº 10.438) via recebimento de recursos da CDE. Esses procedimentos foram consolidados com a publicação da REN No. 325/08, entretanto face à impossibilidade de ressarcimento via recursos da CDE, dada a inexistência de recursos para tal fim, os valores a receber registrados serão compensados via tarifa, no próximo reajuste tarifário anual, como componente financeiro. Em relação à diferença de receita que já seria compensada via tarifa, a mesma foi objeto de adiantamento tarifário de modo a evitar o comprometimento do fluxo de caixa da Concessionária. A diferença entre o valor desse adiantamento considerado na revisão tarifária ou reajuste tarifário e o efetivamente realizado é registrado mensalmente para ser compensado no próximo reajuste tarifário.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

c.7) Devolução ao Consumidor – Recálculo IRT

A ANEEL, ao estabelecer o Índice de Reajuste Tarifário Anual (“IRT”) da controlada CPFL Paulista em 3 de abril de 2007, através da Resolução Homologatória nº 445, e com o objetivo de rever os valores de PIS e COFINS dos Geradores, realizou recálculo do custo de energia elétrica de contratos iniciais do IRT de 2005 e 2006. Como o custo de energia elétrica impacta no reajuste da tarifa a consumidores e no cálculo de CVA, o recálculo que produziu uma redução no preço médio de energia, gerou um passivo a ser devolvido aos consumidores e um ativo adicional de CVA. Adicionalmente, os valores homologados pela ANEEL no IRT de 2007 referentes a CVA excluíram as sobras dos contratos de energia elétrica. Desta forma, esses efeitos basicamente explicam os ajustes efetuados em março de 2007 (e respectivas realizações até abril de 2008) de R\$ 12.478 registrado, no consolidado, em “Outras Contas a Pagar” (nota 22) e de R\$ 22.483 efetuado em “Diferimento de Custos Tarifários”, ambos com contrapartida em “Custo com Energia Elétrica” (nota 25).

Os quadros abaixo demonstram as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridas durante os exercícios de 2008 e 2007:

	Saldo em 2006	Adição	Receita Operacional (nota 24)		Custo de Energia (nota 25)		Deduções da Receita		Despesa Operacional (nota 26)			Caixa	Resultado Financeiro (nota 27)		Saldo em 2007
			Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Prov. Perdas	Amort.	Difer.	Atualização	
Recomposição Tarifária Extraordinária	26.633	664	-	(28.295)	-	-	-	-	-	-	(1.106)	-	-	2.599	495
Energia Livre	(3.579)	(106)	-	(9.661)	-	-	-	282	-	-	(125)	8.541	-	419	(4.229)
Parcela "A"	69.688	218	-	-	-	(11.426)	-	(3.406)	-	(91)	-	-	-	7.816	62.799
Revisão Tarifária	9.543	266	1.848	(9.888)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	1.846
Descontos TUSD e Irrigação	4.940	318	9.803	(4.895)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	445	10.611
CVA	7.941	(1.035)	-	-	22.022	(22.963)	(11.194)	(726)	-	-	-	-	(2.014)	825	(7.144)
Majoração de PIS e COFINS	2.507	(7)	-	-	-	-	72	(12.953)	-	-	-	-	-	(862)	(11.243)
Sobrecontratação	4.500	70	-	-	12.559	(3.192)	-	-	-	-	-	-	-	-	13.937
Subvenção Baixa Renda	5.402	54	1.371	392	-	-	-	-	-	-	-	(1.164)	-	(66)	5.989
Devolução ao Consumidor - Recálculo IRT	-	-	-	-	(12.478)	9.162	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.316)
Outros Componentes Financeiros	6.180	167	2.433	(4.920)	417	(86)	158	-	75	7	-	(2.028)	-	324	2.727
Total Líquido	133.755	609	15.455	(57.267)	22.520	(28.505)	(10.964)	(16.803)	75	(84)	(1.231)	5.349	(2.014)	11.577	72.472

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

	<u>Receita Operacional</u> <u>(nota 24)</u>		<u>Custo de Energia</u> <u>(nota 25)</u>		<u>Deduções da Receita</u>		<u>Despesa Operacional</u> <u>(nota 26)</u>			<u>Caixa</u>	<u>Resultado Financeiro</u> <u>(nota 27)</u>		<u>Saldo em</u> <u>2008</u>	
	<u>Saldo em</u> <u>2007</u>	<u>Difer.</u>	<u>Amort.</u>	<u>Difer.</u>	<u>Amort.</u>	<u>Difer.</u>	<u>Amort.</u>	<u>Difer.</u>	<u>Amort.</u>	<u>Prov.</u> <u>Perdas</u>	<u>Amort.</u>	<u>Difer.</u>		<u>Atualização</u>
Recomposição Tarifária Extraordinária	495	-	(448)	-	-	-	-	-	-	(81)	-	-	76	42
Energia Livre	(4.229)	-	(134)	-	-	-	-	-	-	(20)	717	-	47	(3.619)
Parcela "A"	62.799	50	-	-	(32.107)	-	(7.980)	-	35	-	-	-	5.156	27.953
Revisão Tarifária	1.846	(4.156)	(1.941)	-	-	-	-	(141)	-	-	-	-	3	(4.389)
Descontos TUSD e Irrigação	10.611	4.601	(10.374)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	370	5.208
CVA	(7.144)	-	-	32.499	(4.996)	12.586	7.430	-	(2)	-	-	5.564	628	46.565
Majoração de PIS e COFINS	(11.243)	-	-	-	-	-	(3.152)	-	-	-	-	-	(1.372)	(15.767)
Sobrecontratação	13.937	-	-	4.304	(12.036)	(940)	-	-	-	-	-	-	(285)	4.980
Desconto TUSD Geradoras	-	1.478	(1.034)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	444
Subvenção Baixa Renda	5.989	8.261	(298)	-	-	-	-	-	-	-	(6.191)	-	(15)	7.746
Devolução ao Consumidor - Resíduo IRT	(3.316)	-	-	-	3.316	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Componentes Financeiros	2.727	(1.456)	(802)	23	(236)	865	(485)	17	(285)	-	(780)	19	(73)	(466)
Total Líquido	72.472	8.778	(15.031)	36.826	(46.059)	12.511	(4.187)	(124)	(252)	(101)	(6.254)	5.583	4.535	68.697

4. DISPONIBILIDADES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldos bancários	5	1	15.556	86.020
Aplicações financeiras	<u>188.253</u>	<u>204.954</u>	<u>266.047</u>	<u>258.894</u>
Total	<u>188.258</u>	<u>204.955</u>	<u>281.603</u>	<u>344.914</u>

Na controladora, as aplicações financeiras consistem em aplicação em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, além de Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) de emissão do Banco Safra e do Unibanco. No consolidado correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média a 100% do CDI.

Todos os valores estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da sociedade e de suas controladas em conjunto.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, a rubrica no circulante é oriunda, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, em valores proporcionais à participação da Sociedade, é como se segue:

	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2008	2007
<u>Circulante</u>					
Classes de Consumidores					
Residencial	31.558	19.350	2.100	53.008	53.794
Industrial	20.806	7.045	4.725	32.576	36.012
Comercial	12.852	4.896	2.689	20.437	23.023
Rural	2.945	1.004	226	4.175	5.181
Poder Público	3.357	451	269	4.077	4.829
Iluminação Pública	6.396	536	4.544	11.476	8.411
Serviço Público	2.875	929	185	3.989	5.238
Faturado	80.789	34.211	14.738	129.738	136.488
Não Faturado	44.990	-	-	44.990	53.331
Parcelamento de Débito de Consumidores	1.281	452	1.522	3.255	5.169
Ativo Regulatório (nota 3)	5.312	-	-	5.312	10.876
Operações Realizadas na CCEE (a)	6.310	-	-	6.310	4.918
Concessionárias e Permissionárias (b)	21.001	-	-	21.001	10.840
Outros	7.121	-	-	7.121	8.346
Total	166.804	34.663	16.260	217.727	229.968
<u>Não circulante</u>					
Parcelamento de Débito de Consumidores	19.175	-	-	19.175	19.298
Ativo Regulatório (nota 3)	1.007	-	-	1.007	2.615
Operações Realizadas na CCEE (a)	5.225	-	-	5.225	5.288
Concessionárias e Permissionárias	10.793	-	-	10.793	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	36.200	-	-	36.200	27.201

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

- a) Parcelamento de Débitos de Consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 8).
- b) Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2008. Os valores do não circulante compreendem principalmente: (i) ajustes judiciais, determinados em função de processos movidos por agentes do setor; (ii) ações judiciais que contestam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (iii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE; (iv) valores negociados bilateralmente, pendentes de liquidação. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.
- c) Concessionárias e Permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas indiretas CPFL Geração e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cisão parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga, que estão sendo compensados através de encontro de contas com valores a pagar.

Em 2008 houve ainda o registro de valores a receber da AES Tietê S/A pelas controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Leste Paulista, a título de Uso do Sistema de Distribuição, e o devido repasse (registro de um contas a pagar) para a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista a título de encargo de uso do Sistema de Transmissão de Fronteira. Esta intermediação, que caracteriza um repasse de encargos, ocorreu em função das regras do setor que a partir de julho de 2004 atribui a responsabilidade de liquidação pela respectiva concessionária de distribuição da parcela referente ao gerador conectado ao sistema de transmissão 138 kV da CTEEP, dentro de sua área de concessão.

A AES Tietê questionava a cobrança deste encargo, e não procedia ao pagamento. A CPFL Paulista, por sua vez, por força de uma liminar não efetuava o pagamento a CTEEP, mantendo um passivo contingencial, no consolidado, de R\$ 1.424, referente ao período de agosto de 2004 a abril de 2005.

Conforme acerto realizado entre as partes envolvidas, com interveniência da ANEEL, esta liquidação será efetuada tanto pela geradora, quanto pelas controladas à CTEEP, em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009, atualizadas pela SELIC. As controladas reconheceram contabilmente as transações de contas a receber da AES Tietê nas contas “Consumidores e

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Permissionárias” no montante, consolidado, de R\$ 16.189 em contrapartida a ”Receita Operacional – TUSD” (nota 24) de R\$ 13.872 e “Receita Financeira – Atualizações Monetárias e Cambiais” (nota 27) de R\$ 2.316, e reconheceram o montante de R\$ 14.764 a repassar para a CTEEP na conta “Fornecedores – Encargos do Uso da Rede” (nota 15) em contrapartida ao “Custo com Energia Elétrica – Encargos da Rede Básica” (nota 25) de R\$ 12.448 e “Despesa Financeira – Atualizações Monetárias e Cambiais” (nota 27) de R\$ 2.316.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em abril de 2005, a controlada CPFL Energia adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) (vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa pela CPFL Brasil.

No consolidado, o saldo no ativo circulante é de R\$ 4.839 (R\$ 4.433 em 2007), e no ativo não circulante é de R\$ 12.244 (R\$ 12.337 em 2007). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizado através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 na controladora, os tributos compensáveis compõem-se, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital recebidos de controladas em conjunto, além de antecipações de IRPJ e CSLL.

Os saldos, em 31 de dezembro, são compostos como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
<u>Circulante</u>				
Antecipações de CSLL	-	-	1.550	1.095
Antecipações de IRPJ	-	-	619	1.272
IR e CS a compensar	-	-	3.332	1.362
Imposto de renda retido na fonte IRRF	-	-	8.730	9.087
ICMS a compensar	-	-	5.115	8.125
PIS	-	-	420	311
COFINS	-	-	1.404	1.087
INSS	-	-	214	232
Outros	-	-	666	423
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.050</u>	<u>22.994</u>
<u>Não circulante</u>				
Contribuição social a compensar – CSLL	833	926	4.288	4.084
IRPJ a compensar	4.298	7.541	4.728	7.647
Antecipações de CSLL	1.682	45	1.682	45
Antecipações de IRPJ	4.651	124	4.651	124
Imposto de renda retido na fonte IRRF	4.402	1.998	4.402	1.998
PIS	-	-	353	385
COFINS	-	-	-	109
ICMS a compensar	-	-	8.469	8.793
Outros	-	-	190	93
	<u>15.866</u>	<u>10.634</u>	<u>28.763</u>	<u>23.278</u>

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ao longo do exercício de 2008 e de 2007 é como se segue:

	Consolidado	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo em 1º. de janeiro	(12.099)	(12.606)
Ajuste em função de mudança no percentual de participação da controladora		5
Adição em função de aquisição de empresas	-	(1.005)
Provisão constituída	(9.574)	(10.182)
Recuperação de receita	4.946	4.168
Baixa de contas a receber	<u>6.295</u>	<u>7.521</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(10.432)</u>	<u>(12.099)</u>

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ativo regulatório (Nota 3)	11.905	23.275	11.253	3.624
Outros	<u>984</u>	<u>2.371</u>	<u>1.298</u>	<u>1.830</u>
Total	<u>12.889</u>	<u>25.646</u>	<u>12.551</u>	<u>5.454</u>

10. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos de Imposto de renda e Contribuição social da controlada em conjunto CPFL Energia:

	Consolidado	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Crédito de contribuição social sobre:		
Base negativa	4.912	4.382
Benefício fiscal do ágio incorporado	25.189	29.618
Diferenças temporárias indedutíveis	<u>10.698</u>	<u>8.678</u>
	<u>40.799</u>	<u>42.678</u>
Crédito de imposto de renda sobre:		
Prejuízos fiscais	11.899	10.511
Benefício fiscal do ágio incorporado	85.034	90.333
Diferenças temporárias indedutíveis	<u>31.653</u>	<u>25.330</u>
	<u>128.586</u>	<u>126.174</u>
Crédito de PIS / COFINS sobre:		
Diferenças temporárias indedutíveis	<u>1.767</u>	-
Ativo circulante	27.850	21.315
Ativo não circulante	<u>143.302</u>	<u>147.537</u>
	<u>171.152</u>	<u>168.852</u>

Expectativa de recuperação

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

No consolidado, a expectativa de recuperação dos créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias está baseada nas projeções de resultados preparadas pelas administrações das controladas em conjunto, como se segue:

<u>Expectativa de recuperação anual</u>	<u>Consolidado</u>
2010	17.000
2011	16.083
2012	12.716
2013	11.830
De 2014 a 2016	29.975
De 2017 a 2019	21.897
De 2020 a 2022	13.809
De 2023 a 2025	11.609
De 2026 a 2028	<u>8.383</u>
	<u>143.302</u>

O montante a realizar de 2018 a 2028 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágios incorporados, registrados pelas controladas indiretas em conjunto, que estão sendo realizados pelo período das concessões.

10.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	<u>Consolidado</u>			
	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
CPFL Paulista	14.368	39.911	15.584	43.290
CPFL Piratininga	3.199	10.976	3.463	11.875
RGE	6.003	24.789	8.677	24.695
CPFL Santa Cruz	902	2.834	1.071	3.367
CPFL Leste Paulista	217	602	248	690
CPFL Sul Paulista	212	590	243	676
CPFL Jaguari	203	563	232	645
CPFL Mococa	85	239	98	273
CPFL Geração	-	4.530	-	4.822
Total	<u>25.189</u>	<u>85.034</u>	<u>29.618</u>	<u>90.333</u>

10.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>PIS/ COFINS</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Provisão para Contingências	1.456	5.965	-	1.551	5.661
Entidade de Previdência Privada	603	1.802	-	748	2.204
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	858	2.382	-	1.124	3.121
Provisão na Realização da RTE	30	84	-	51	142
Programas de P&D e Eficiência Energética	2.055	5.707	-	1.771	4.920
Participação nos Lucros e Resultados	233	743	-	203	650
Diferença de Taxas de Depreciação - RGE (nota 12.1)	1.396	3.878	-	1.405	3.904
Passivo Regulatório - Majoração de PIS e COFINS	1.393	3.869	-	1.025	2.848
Provisão sobrecontratação (nota 3 c.6)	1.702	4.729	1.757	-	-
Revisão Tarifária - Base de Remuneração Efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08 (nota 2)	357	991	-	-	-
	146	405	10	75	208
Outros	469	1.098	-	725	1.672
Total	<u>10.698</u>	<u>31.653</u>	<u>1.767</u>	<u>8.678</u>	<u>25.330</u>

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2008 e 2007:

A composição dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro no resultado é como se segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	158.815	204.148	240.542	309.364
Alíquota fiscal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa nominal	(53.997)	(69.410)	(81.784)	(105.184)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	54.872	70.590	-	-
Realização CMC	-	-	(181)	(203)
Ganho na participação em investida	-	202	-	202
Amortização de intangível (ágio)	-	-	(6.100)	(5.532)
Efeito Regime Lucro Presumido	-	-	2.096	1.671
Créditos fiscais (não constituídos) constituídos, líquidos	(875)	(1.375)	4.727	5.433
Outros (adições) exclusões permanentes	-	(7)	751	(964)
Total imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(80.491)</u>	<u>(104.577)</u>

Amortização de Intangível (Ágio)

Refere-se ao ágio amortizado, originado na aquisição de investidas, não dedutível para fins de imposto de renda.

Realização CMC

Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei 8.200/90, não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social.

Crédito Fiscal (Não Constituído) Constituído

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Na controladora, não foi constituído créditos fiscais sobre o prejuízo fiscal e a base negativa, por falta de expectativa de realização. No Consolidado, o crédito foi constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa em função do complemento apurado quando da revisão das projeções da Sociedade. No consolidado destaca o benefício fiscal do ágio referente à incorporação da SEMESA pela CPFL Geração registrado em 2007 no montante de R\$ 5.090.

11. OUTROS CRÉDITOS

A composição do saldo, na proporção da participação da Sociedade, é como se segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Créditos a Receber - CESP	3.039	2.312	1.514	3.442
Créditos a Receber - Acionistas BAESA	1.790	-	3.580	4.022
Adiantamentos - Fundação CESP	721	725	-	-
Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados	55	397	11.763	15.359
Fundo Vinculado à Empréstimos ME	-	-	3.798	2.249
Ordens em Curso	2.096	2.406	301	-
Serviços Prestados a Terceiros	2.399	2.528	5	-
Reembolso RGR	673	423	97	89
Contratos de Pré-Compra de Energia	322	1.028	5.136	3.776
Outros	<u>2.929</u>	<u>4.273</u>	<u>1.806</u>	<u>391</u>
Total	<u>14.024</u>	<u>14.092</u>	<u>28.000</u>	<u>29.328</u>

Créditos a Receber CESP

Refere-se a créditos a receber da CESP pela controlada indireta em conjunto CPFL Paulista, decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar transferida àquela empresa em 1993. O saldo é atualizado conforme a variação do dólar norte americano, acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral, e de *Spread* anual de 0,40625% a.a., com recebimento final em janeiro de 2010.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Créditos a Receber – Acionistas da BAESA

No período compreendido entre 1º de novembro de 2005 a 30 de abril de 2008 por conta de prática de preços diferenciados no faturamento da energia vendida aos acionistas, diferentes prazos de pagamentos e outros fatores, ocasionaram diferentes contribuições das empresas acionistas para formação do resultado da controlada indireta BAESA. Para equacionar esta questão, os acionistas da BAESA acordaram em 2007 que as contribuições excedentes feitas pela controlada indireta CPFL Geração fossem corrigidas pela variação do CDI, e compensadas durante 36 meses a contar de janeiro de 2009 mediante aumento de preço de energia faturada para as empresas acionistas Alcoa Alumínio, Companhia Brasileira de Alumínio, Camargo Corrêa Cimentos e DME Energética, e redução de preço para a controlada CPFL Geração. Em 2007, no consolidado, houve o registro do crédito de R\$ 4.022 e, em junho de 2008, em função do acordo final, o contas a receber foi complementado em R\$ 923, tendo como contrapartida a rubrica “Outras Receitas Operacionais”.

A partir de 1º de maio de 2008 a questão relativa às diferenças de contribuições no resultado da controlada indireta BAESA foi solucionada com aprovação da reestruturação dos contratos de venda de energia pela ANEEL, no qual a controlada indireta BAESA vende a controlada indireta CPFL Geração a quota de energia correspondente à sua participação nos mesmos preços e condições dos demais acionistas, e a controlada CPFL Geração comercializa esta energia com as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

Adiantamentos – Fundação CESP

Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados

São garantias oferecidas para operações na CCEE.

Fundo Vinculado a Empréstimos em Moeda Estrangeira

São garantias oferecidas quando da negociação ou renegociação de empréstimos.

Serviços Prestados a Terceiros

Compreendem, basicamente, contas a receber referente a serviços prestados a consumidores relacionados a distribuição de energia elétrica.

Reembolso RGR

Refere-se a valores a compensar, relativos à diferença apurada entre a RGR - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida, calculada com base no ativo imobilizado em serviço.

Contratos de Pré-Compra de Energia

Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

12. INVESTIMENTOS

O saldo de investimento é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Participações societárias permanentes				
Pela equivalência	634.905	626.290	-	-
Pelo custo	-	-	14.729	14.545
Deságios	-	-	(1.623)	(1.623)
	<u>634.905</u>	<u>626.290</u>	<u>13.106</u>	<u>12.922</u>

12.1) Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Sociedade detém participação societária permanente na controlada em conjunto CPFL Energia S.A. nos montantes de R\$ 634.905 e R\$ 626.290, respectivamente. A movimentação da rubrica Investimentos é como se segue:

	Controladora	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo no início do exercício	626.290	615.627
Ganho no aumento de capital da controlada CPFL Energia	-	808
Resultado de equivalência patrimonial	161.388	207.620
Perda com a variação do percentual de participação	-	(215)
Dividendos recebidos	(152.773)	(197.550)
Saldo no final do exercício	<u>634.905</u>	<u>626.290</u>

Comment [F1]: Conforme CPFL Energia, o ajuste foi feito contra exercícios anteriores e não deve afetar a movimentação do ano. Veja sugestão de modificação também da DMPL do arquivo Excel.

a) Informações da participação na CPFL Energia

As principais informações sobre a participação societária permanente na CPFL Energia S.A. é como se segue (em milhares de ações):

<u>Composição do capital</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	479.910.938	479.910.938
<u>Em poder da investidora:</u>		
Ações ordinárias em circulação	60.713.509	60.713.509
Participação no capital:	12,65%	12,65%
Na investida:		
Capital social integralizado	4.741.175	4.741.175
Resultado do exercício	1.275.692	1.640.727
Patrimônio líquido	5.018.619	4.950.516
Na investidora:		
Investimentos	634.905	626.290
Resultado de equivalência patrimonial	161.388	207.963

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Ganho de participação por equivalência patrimonial

-

593

b) Ajuste de equivalência patrimonial

Na Sociedade, o referido ajuste é o reflexo dos efeitos da alteração de práticas contábeis na controlada em conjunto CPFL Energia descritas na nota 2 que gerou como consequência modificação no lucro líquido.

c) Dividendos recebidos

Em 27 de fevereiro de 2008 a Sociedade recebeu dividendos no montante de R\$ 90.946 (R\$ 1,4980 por ação ordinária), propostos no exercício anterior e deliberados em Reunião de Conselho de Administração da controlada CPFL Energia nesta data.

Em 11 de agosto de 2008, o Conselho de Administração da controlada CPFL Energia, aprovou a declaração dos dividendos intermediários propostos em junho de 2008. A Sociedade recebeu o montante de R\$ 76.105 em 30 de setembro de 2008. (R\$ 1,2535 por ação ordinária) .

Para este exercício, a Administração da controlada CPFL Energia, esta propondo a distribuição de dividendos no montante de R\$ 76.677 (R\$ 1,2630 por ação ordinária) provisionados pela Sociedade em 31 de dezembro de 2008.

12.2) Participações societárias permanentes pelo custo

Refere-se basicamente à participação de 5,91% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 25.829 ações ordinárias e 16.412 ações preferenciais (ver nota 1 – Contexto Operacional para maiores detalhes do investimento). Este investimento está registrado pelo método de custo. Em função da participação detida por acionistas não controladores através de (i) ações preferenciais representando 40,07% do capital total da Paulista Lajeado, e de (ii) partes beneficiárias que concedem o direito à 10% do lucro líquido antes da distribuição das participações, estes efeitos foram registrados no consolidado, na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo, totalizando R\$ 9.728. A Sociedade e suas controladas realizaram análise de recuperação desses investimentos conforme descrito no item 14.2.

13. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2008	2007
Imobilizado em serviço:		
Geração	241.517	169.960
Distribuição	485.106	458.363
Administração	7.032	6.614
Comercialização	14.387	15.812
Bens Arrendados	<u>88.460</u>	<u>91.352</u>
	<u>836.502</u>	<u>742.101</u>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Imobilizado em curso:		
Geração	87.603	101.377
Distribuição	33.622	25.791
Administração	4.107	2.784
Comercialização	1.968	1.233
	<u>127.300</u>	<u>131.185</u>
	963.802	873.286
Obrigações especiais vinculadas a concessão	<u>(127.021)</u>	<u>(116.275)</u>
Imobilizado líquido	<u>836.781</u>	<u>757.011</u>

Os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia autorização do órgão regulador. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens e concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,0% a.a. nas distribuidoras e 2,6% a.a. nas geradoras.

Bens Arrendados

No consolidado, o saldo está relacionado principalmente a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa que estão arrendados ao detentor da concessão (Furnas), por um período de 30 anos a findar-se em 2028 (ver detalhes na nota 1). Os riscos e benefícios inerentes aos ativos não foram transferidos ao arrendatário e são depreciados de acordo com sua vida útil estimada, conforme taxas anuais definidas pela ANEEL, e conforme condições gerais do contrato de concessão detido por FURNAS. Extinta a concessão, está prevista a reversão destes bens e instalações mediante indenização.

Imobilizado em Curso

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para o projeto de geração Foz do Chapecó, com imobilizado total de R\$ 1.237.829 (R\$ 79.840 proporcionais a participação da Bonaire).

Os juros referentes aos empréstimos tomados pelos empreendimentos para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção e somam no consolidado o montante de R\$ 9.779 (R\$ 3.792 em 2007).

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Representam os valores recebidos dos consumidores, doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. A partir do segundo ciclo de Revisão Tarifária as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação, têm seus efeitos anulados no resultado contábil, através da amortização das referidas obrigações.

Outorga da Concessão

As controladas indiretas em conjunto CERAN, ENERCAN, BAESA, Foz do Chapecó e Paulista Lajeado, quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas à outorga da concessão, a título de “Uso do Bem Público”. As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, que na data base de 31 de dezembro de 2008, apresentavam os seguintes valores:

<u>Uso do Bem Público</u>							
<u>Empresas</u>	<u>Valor Anual</u>		<u>Valor Total</u>		<u>Nº de Parcelas</u>	<u>Pagamento</u>	
	<u>Total</u>	<u>Participação da Sociedade</u>	<u>Total</u>	<u>Participação da Sociedade</u>		<u>Início</u>	<u>Final</u>
CERAN	6.282	517	182.178	14.981	348	Mar/2007	Fev/2036
ENERCAN	1.656	102	47.058	2.900	341	Jun/2006	Out/2034
BAESA	17.016	538	493.464	15.613	348	Jun/2007	Mai/2036
Foz do Chapecó	34.392	2.219	962.976	62.131	336	Dez/2008	Nov/2036
(*) Paulista Lajeado	239	16	6.922	473	348	Jan/2004	Jan/2033
TOTAL	59.585	3.392	1.692.598	96.098			

(*) O valor total corresponde à participação de 6,93% da Paulista Lajeado na concessão.

As controladas CERAN, ENERCAN, BAESA e Paulista Lajeado registram em despesa os valores de outorga, conforme vencimento contratual.

Análise da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2008, a controlada em conjunto CPFL Energia e as controladas indiretas realizaram análise de recuperação dos seus ativos imobilizados, conforme descrito no item 14.2.

14. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2008	2007
Intangível de Concessão	301.914	326.207
Outros Intangíveis	39.680	35.096
Total	341.594	361.303

14.1) Composição do Intangível de Concessão

	Consolidado					
	2008		2007		Tx. de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2008	2007
Intangível – Concessão						
Intangível adquirido não incorporado						
Controladora						
CPFL Paulista	38.568	(7.532)	31.036	33.671	6,23%	6,63%
CPFL Piratininga	4.942	(942)	4.000	4.331	6,70%	6,25%
CPFL Geração	6.902	(1.443)	5.459	5.885	6,21%	6,17%
RGE	399	(24)	375	399	6,07%	-
Outros	3	-	3	3	0% a 11,81%	-
	50.814	(9.941)	40.873	44.289		
Controladas						
CPFL Jaguariúna	18.065	(2.780)	15.285	17.418	11,81%	7,33%
ENERCAN	1.295	(116)	1.179	1.242	4,83%	4,10%
Barra Grande	390	(82)	308	333	6,65%	7,18%
Foz do Chapecó	926	-	926	926	-	-
Outros	2.216	(1.305)	911	1.047	4,99% a 11,65%	4,99% a 12,12%
	22.892	(4.283)	18.609	20.966		
Subtotal	73.706	(14.224)	59.482	65.255		

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Intangível adquirido já incorporado - Dedutível						
Controladas						
RGE	141.725	(88.593)	53.132	56.002	4,50%	3,67%
CPFL Geração	53.950	(23.656)	30.294	32.247	5,74%	5,26%
Subtotal	195.675	(112.249)	83.426	88.249		
Intangível adquirido já incorporado – recomposto						
Controladora						
CPFL Paulista	135.875	(35.845)	100.030	108.499	6,23%	6,63%
CPFL Piratininga	14.645	(2.792)	11.853	12.834	6,70%	6,25%
RGE	39.234	(3.655)	35.579	37.878	5,88%	3,06%
CPFL Santa Cruz	7.804	(1.524)	6.280	7.460	15,12%	15,55%
	197.558	(43.816)	153.742	166.671		
Controladas						
CPFL Leste Paulista	2.673	(1.083)	1.590	1.822	8,67%	8,38%
CPFL Sul Paulista	2.649	(1.092)	1.557	1.785	8,59%	8,44%
CPFL Jaguari	2.533	(1.046)	1.487	1.704	8,56%	8,43%
CPFL Mococa	1.068	(438)	630	721	8,49%	8,48%
	8.923	(3.659)	5.264	6.032		
Subtotal	206.481	(47.475)	159.006	172.703		
Total	475.862	(173.948)	301.914	326.207		

Até 31 de dezembro de 2007, os valores relacionados aos ágios oriundos da aquisição ou aumento de participação societária eram registrados no grupo de Investimentos (“Ágio”) e Imobilizado (“Outros ativos não vinculados a concessão”). Com o advento da Lei nº 11.638 e a emissão do “CPC 04 – Ativos Intangíveis”, em 2008, tais valores passam a atender à definição e classificação de ativos intangíveis.

Intangível – Concessão

Representa a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido das empresas adquiridas nas respectivas datas de aquisição. Correspondem ao benefício futuro que a controladora possui com o direito de exploração da concessão e estão classificados como Intangível de vida útil definida, amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão. O intangível de concessão foi dividido em três categorias distintas assim representadas:

- Intangível adquirido não incorporado:

Refere-se basicamente ao ágio registrado na controlada em conjunto CPFL Energia oriundo da aquisição remanescente das ações detidas pelos acionistas não controladores da CPFL Geração em junho de 2005, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2005, e RGE em dezembro de 2007 e inclui também o intangível de aquisição da controlada indireta CPFL Jaguariúna. Estes intangíveis não passaram por processo de incorporação.

- Intangível adquirido já incorporado – Dedutível

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Refere-se ao ágio oriundo da aquisição das controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM 319/99 e 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

- Intangível adquirido já incorporado - Recompsto

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio advindo de incorporação de controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 sobre o ágio de aquisição. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do ágio em contrapartida à reserva do patrimônio líquido das controladas, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da controlada em conjunto CPFL Energia nas controladas indiretas, sendo necessária a constituição de um ágio indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.

Intangível – Outros

O saldo é composto basicamente por softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, e por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o “CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos”.

14.2 Análise do Valor de Recuperação

De acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, para fins de análise de recuperação, o menor nível de unidade geradora de caixa considerado foi cada uma das concessões detidas, analisadas individualmente. O intangível registrado na controladora foi alocado, para fins desta análise, a cada uma destas unidades.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi estimado com base no seu valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados para estes ativos, e com base nas premissas relacionadas a seguir. Os valores alocados a estas premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

Os fluxos de caixa foram projetados com base nos resultados operacionais e projeções da controlada em conjunto CPFL Energia e suas controladas até o término das respectivas concessões, tendo como principais premissas:

- Cenários macroeconômicos obtidos através de consultorias conceituadas no mercado;

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

BID	68	569	9.344	9.981	85	396	7.514	7.995
Instituições financeiras	<u>109</u>	<u>759</u>	<u>8.562</u>	<u>9.430</u>	<u>204</u>	<u>8.451</u>	<u>7.064</u>	<u>15.719</u>
	<u>177</u>	<u>1.328</u>	<u>17.906</u>	<u>19.411</u>	<u>289</u>	<u>8.847</u>	<u>14.578</u>	<u>23.714</u>
Total ao custo	<u>5.611</u>	<u>53.272</u>	<u>313.866</u>	<u>372.749</u>	<u>6.992</u>	<u>97.041</u>	<u>260.722</u>	<u>364.755</u>
Mensuradas ao Valor justo –								
Moeda Estrangeira:								
Instituições financeiras	<u>7.443</u>	<u>12.914</u>	<u>171.538</u>	<u>191.895</u>	<u>3.785</u>	<u>12.030</u>	<u>101.018</u>	<u>116.833</u>
Total	<u>13.054</u>	<u>66.186</u>	<u>485.404</u>	<u>564.644</u>	<u>10.777</u>	<u>109.071</u>	<u>361.740</u>	<u>481.588</u>

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração	Condições de Amortização	Garantias
	2008	2007			
Moeda Nacional					
BNDES - Repotenciação					
CPFL Geração	3.876	4.188	TJLP + 3,1% a 4,3% a.a.	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Energia e CPFL Paulista
CPFL Geração	59	76	UMBND + 3,5% a 4,0% a.a.	72 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 e setembro de 2004	Aval da CPFL Eneeria e CPFL Paulista
BNDES - Investimento					
CPFL Paulista - FINEM I	-	215	TJLP + 3,25% a.a.	78 parcelas mensais a partir de outubro de 2000 e outubro de 2001	Receta da venda de energia
CPFL Paulista - FINEM II	16.087	24.057	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM III	16.997	15.886	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	12.714	-	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
RGE - FINEM I - "A"	11.336	17.299	TJLP + 4,5% a 5,0% a.a.	60 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005 a dezembro de 2012	Arrecadação da venda de energia / Conta Reserva
RGE - FINEM I - "B"	-	514	UMBND + 4,5% a.a. (1)	36 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006 a janeiro de 2009	Arrecadação da venda de energia / Conta Reserva
RGE - FINEM IV	12.206	-	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010 a dezembro de 2014	Arrecadação da venda de energia / Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga - FINEM I	5.990	8.958	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM II	10.097	11.125	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM III	6.929	-	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Santa Cruz	288	-	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de julho de 2010	Aval da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz	4.640	-	CDI + 1,10% a.a.	Parcela única em junho de 2011	Aval da CPFL Energia
BAESA	19.174	21.096	TJLP + 3,125% a.a.	144 parcelas mensais a partir de setembro de 2006	Cartas de Fiança
BAESA	5.315	4.393	UMBND + 3,125% a.a. (2)	144 parcelas mensais a partir de novembro de 2006	Cartas de Fiança
ENERCAN	43.014	47.072	TJLP + 4% a.a.	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
ENERCAN	3.500	2.870	UMBND + 4% a.a.	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
CERAN	36.627	35.158	TJLP + 5% a.a.	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	7.161	5.149	UMBND + 5% a.a. (2)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Aval da CPFL Energia
CERAN	16.070	13.172	TJLP + 3,69% a.a. (média dos percentuais)	168 parcelas mensais a partir de novembro de 2008	Aval da CPFL Energia
Foz do Chapecó	67.788	30.999	TJLP + 2,49% a 2,95% a.a.	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Penhor de ações, direito creditório e vinculação de receitas
CPFL Mococa	381	-	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de Janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Jaguari	316	-	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Leste Paulista	254	-	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Sul Paulista	254	-	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e recebíveis
BNDES - Ativo Regulatório					
CPFL Paulista - Parcela "A"	-	17.681	Selic + 1% a.a.	13 parcelas mensais a partir de maio de 2007	Arrecadação de recebíveis
RGE - Energia Livre	-	62	Selic + 1,0% a.a.	60 parcelas mensais a partir de março de 2003	Arrecadação da venda de energia
CPFL Sul Paulista - RTE	-	287	Selic + 1% a.a.	79 parcelas mensais a partir março de 2002	Arrecadação de recebíveis

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

CPFL Geração - Energia Livre	-	45	Selic + 1% a.a.	60 parcelas mensais a partir de março de 2003	Aval da CPFL Paulista
BNDES - Bens de Renda					
CPFL Brasil	453	112	TJLP + 1,94% a 2,84% a.a.	36 parcelas mensais a partir de maio de 2009	Vinculado ao bem adquirido
Furnas Centrais Elétricas S.A.					
CPFL Geração	17.921	20.138	IGP-M + 10% a.a.	24 parcelas mensais a partir de junho de 2008	Energia produzida pela Usina
Instituições Financeiras					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil - Lei 8727	6.015	6.284	Variação do IGP-M + 7,42% a.a.	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Arrecadação de recebíveis
RGE					
Banco Itaú	-	13.084	106,0% CDI	Parcela única em março de 2011	Não existem garantias
Banco Santander II	-	7.298	104,5% CDI	parcela única em janeiro de 2008	Não existem garantias
Banco ABN AMRO	-	10.680	107,5% CDI (3)	2 parcelas em janeiro e 1 parcela em fevereiro de 2008	Não existem garantias
Banco do Brasil	-	4.868	105,0% CDI	Parcela única em janeiro de 2008	Não existem garantias
CPFL Geração					
Banco Itaú	12.858	-	106,0% do CDI	Parcela única em março de 2011	Sem garantias
CERAN					
Banco Bradesco	6.684	-	CDI + 2% a.a.	24 parcelas mensais a partir de agosto de 2008	Sem garantias
Foz de Chapecó					
Banco Bradesco	-	11.198	104,6% a 107,6% CDI	Parcela única em janeiro de 2008	Sem garantias
Outros					
Eletrobrás					
CPFL Paulista	1.124	1.438	RGR + tx. variável de 6% a 9% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2016	Arrecadação de recebíveis e notas promissórias
CPFL Piratininga	241	309	RGR + tx. de 6% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2016	Arrecadação de recebíveis e notas promissórias
RGE	1.431	656	RGR + tx. de 6% a.a.	Parcelas mensais até junho de 2020	Arrecadação de recebíveis e notas promissórias
CPFL Santa Cruz	697	856	Tx. de 5% a.a.	Parcelas mensais até abril de 2018	Vinculação de receitas
CPFL Leste Paulista	144	158	RGR + tx. de 6% a.a.	Parcelas mensais até janeiro de 2018	Arrecadação de recebíveis e notas promissórias
CPFL Sul Paulista	214	239	RGR + tx. de 6% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2018	Arrecadação de recebíveis e notas promissórias
CPFL Jaguarí	4	5	RGR + tx. de 6% a.a.	Parcelas mensais até maio de 2017	Arrecadação de recebíveis e notas promissórias
CPFL Mococa	40	45	RGR + tx. de 6% a.a.	Parcelas mensais até janeiro de 2018	Arrecadação de recebíveis e notas promissórias
Outros	4.437	3.370			
Subtotal Moeda Nacional - Custo	353.339	341.042			
Moeda Estrangeira					
BID - Enercan	9.981	7.994	US\$ + Libor + 3,5% a.a.	49 parcelas trimestrais a partir de Junho de 2007	Aval da CPFL Energia
Instituições Financeiras					
CPFL Paulista					
Debt Conversion Bond	1.241	1.216	US\$ + Libor 6 meses + 0,875% a.a.	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de receitas e Aval Gov. SP
New Money Bond	47	107	US\$ + Libor 6 meses + 0,875% a.a.	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2001	Vinculação de receitas e Aval Gov. SP
FLIRB	47	108	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125% a.a.	13 parcelas semestrais a partir de abril de 2003	Vinculação de receitas e Aval Gov. SP
C-Bond	1.756	1.573	US\$ + 8% a.a.	21 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de receitas e Aval Gov. SP
Discount Bond	2.598	1.980	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125% a.a.	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas e Aval Gov. SP
PAR-Bond	3.741	2.835	US\$ + 6% a.a. (4)	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas e Aval Gov. SP
Banco do Brasil			Yen + 2,5% a 5,8% a.a. (9)	Parcelas únicas: entre abril de 2010 e janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Foz de Chapecó					
Banco Bradesco	-	7.901	US\$ + 6,5% e 3,99% a.a. (5)	Parcela única em janeiro de 2008	Não existem garantias
Subtotal Moeda Estrangeira - Custo	19.411	23.714			
Total Mensurados ao Custo	372.750	364.756			
Mensuradas ao valor justo					

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Instituições Financeiras					
Controladora					
Banco do Brasil	-	22.980	Yen + 5,7778% a.a. (9)	parcela única em setembro de 2009	Não existem garantias
CPFL Paulista					
Banco do Brasil	16.628	10.397	Yen + 5,7778% a.a. (6)	parcela única em janeiro de 2011	Não existem garantias
Banco ABN AMRO Real	62.025	41.250	Yen + 1,4824% a.a. (7)	parcela única em janeiro de 2012	Não existem garantias
CPFL Piratininga					
Banco BNP Paribas RGE	7.660	-	US\$ + 4,10% (8)	parcela única em fevereiro de 2009	Notas promissórias
Banco do Brasil	5.906	3.410	Yen + 5,7778% a.a. (9)	parcela única em setembro de 2009	Não existem garantias
CPFL Geração					
Banco do Brasil	99.676	38.796	Yen + 2,5% a 5,8% a.a. (10)	parcelas únicas: entre fevereiro de 2008 a janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	191.895	116.833			
Total Consolidado	564.644	481.589			

A Controlada em conjunto CPFL Energia e as controladas indiretas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 121,5% do CDI	(5) 104,5% e 107,6% do CDI	(9) 103,5% do CDI
(2) 114,0% a 133,98% do CDI	(6) 104,5% do CDI	(10) 104,2% e 104,5% do CDI
(3) 107,5% do CDI	(7) 102,9% do CDI	
(4) 99,4% e 102,5% do CDI	(8) 106,0% do CDI	

Conforme segregado nos quadros acima, a Controlada em conjunto CPFL Energia e as controladas indiretas, em consonância com o Pronunciamento CPC 14 Instrumentos Financeiros, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Estão demonstradas a seguir informações adicionais sobre o valor a custo das respectivas dívidas e a comparação para os respectivos valores justos:

	2008				
	Valor a custo				
	<u>Encargos - Circulante e Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Principal</u>		<u>Valor justo (contábil)</u>
			<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil	758	-	15.959	16.717	16.628

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Banco ABN AMRO Real	1.366	-	67.029	68.395	62.025
CPFL Piratininga					
Banco BNP Paribás	246	7.391	-	7.637	7.660
RGE					
Banco do Brasil	407	5.510	-	5.917	5.906
CPFL Geração					
Banco do Brasil	4.666	-	96.358	101.024	99.676
Total Moeda Estrangeira - Consolidado	7.443	12.901	179.346	199.690	191.895

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da controlada em conjunto CPFL Energia e as controladas indiretas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas (R\$ 7.795), no consolidado, estão sendo compensados pelos efeitos de R\$ 9.347 obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para proteção da variação cambial e juros (nota 32), gerando uma perda líquida de R\$ 1.552.

Principais captações (Em valores proporcionais à participação da Sociedade):

Moeda Nacional

BNDES - Investimento (Controlada indireta CPFL Paulista - FINEM III)

A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) em 2007, no montante de R\$ 19.804, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Durante o ano, a controlada recebeu o saldo remanescente de R\$ 4.010. Os juros foram pagos trimestralmente até 15 de dezembro de 2007 sendo amortizados mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2008.

BNDES - Investimento (Controlada indireta CPFL Paulista - FINEM IV)

A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 43.771, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A controlada recebeu o montante de R\$ 12.651 e o saldo remanescente de R\$ 31.120 tem previsão de liberação até o término de 2009. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES – Investimento (Controlada indireta RGE - FINEM IV)

A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 32.692, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A controlada recebeu o montante de R\$ 12.145 e o saldo remanescente de R\$ 20.547 esta previsto para ser liberado até o término do exercício de 2009. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

BNDES – Investimento (controlada Indireta CPFL Piratininga - FINEM II)

A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES, em 2007, no montante de R\$ 11.933, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício, a controlada recebeu o saldo remanescente no montante de R\$ 862. Os juros foram pagos trimestralmente até 15 de dezembro de 2007, sendo amortizados mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2008.

BNDES – Investimento (controlada Indireta CPFL Piratininga - FINEM III)

A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES, em 2008, no montante de R\$ 19.632 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Até o momento a controlada recebeu o montante de R\$ 6.895, e o saldo remanescente de R\$ 12.737 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2009. Os juros serão pagos trimestralmente até 31 de dezembro de 2009, e a partir de 15 de janeiro de 2010 serão amortizados mensalmente.

BNDES - Investimento (Controlada indireta CERAN)

No exercício de 2008, foram liberadas para a controlada indireta parcelas do empréstimo contratado em fevereiro de 2004 junto ao BNDES, destinado ao financiamento do empreendimento de 14 de Julho, no montante de R\$ 1.754. O saldo remanescente de R\$ 362 está previsto para ser liberado em janeiro de 2009. Os juros e principal estão sendo pagos mensalmente desde novembro de 2008.

BNDES - Investimento (Controlada indireta Foz do Chapecó)

Durante 2008 foram liberados R\$ 33.104 do empréstimo aprovado pelo BNDES em julho de 2007 de um montante total de R\$ 1.655.838, destinado ao financiamento das obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. O saldo remanescente de R\$ 41.615 está previsto para ser liberado até outubro de 2010. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de outubro de 2011.

Instituições Financeiras (Controlada indireta CPFL Santa Cruz)

A controlada indireta contratou empréstimo junto ao Banco HSBC, no montante de R\$ 4.301, com a finalidade de captar recursos para capital de giro. Os juros serão pagos em parcela única, juntamente com o principal, em junho de 2011.

Instituições Financeiras (Controlada indireta CPFL Geração)

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Refere-se a uma cédula de crédito bancário emitida em abril de 2004 pela Rio Grande Energia S.A. em favor do Banco Itaú no montante de R\$ 12.651, que em novembro de 2008 foi assumido pela CPFL Geração por meio de um instrumento particular de assunção de dívida com quitação prevista para março de 2011.

Instituições Financeiras (Controlada indireta CERAN)

Foi contratado um empréstimo junto ao Banco Bradesco no montante de R\$ 7.236 com o objetivo de honrar compromissos de curto prazo. Os juros e principal estão sendo pagos mensalmente desde novembro de 2008.

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras (Controlada indireta CPFL Piratininga)

A controlada contratou junto ao Banco BNP Paribas, em março de 2008, empréstimo em moeda estrangeira, Resolução 2770, no montante de R\$ 5.368, com vencimento em fevereiro de 2009, para finalidade de reforço de capital de giro.

Instituições Financeiras (Controlada indireta CPFL Geração)

Para honrar compromissos já assumidos foi realizado pela controlada indireta uma operação de quitação dos empréstimos existentes junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 29.175, e contratou uma nova linha de crédito com a mesma instituição no montante de R\$ 51.459, com importante prolongamento nos prazos de vencimento.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos do não circulante, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2010	66.063
2011	145.881
2012	101.231
2013	30.926
Após 2013	<u>149.099</u>
Total	<u>493.200</u>

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão sujeitos a encargos e taxas variáveis de mercado. Sua composição por tipo de indexador é como se segue:

<u>Consolidado</u>	
<u>Variação em %</u>	<u>Composição da dívida em %</u>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

<u>Indexador</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
IGP-M	9,81	7,75	4,24	7,75
UMBND	33,86	(16,78)	5,62	3,81
TJLP	6,25	6,38	49,74	67,25
CDI	12,38	11,82	38,93	13,82
SELIC	12,48	11,85	-	5,30
Outros	-	-	<u>1,47</u>	<u>2,07</u>
			<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

Condições restritivas

BNDES

Os financiamentos junto ao BNDES restringem as controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

CPFL Paulista

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 (para 2007 e anos subsequentes, se aplicável);
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,80 em 2007 e 0,90 de 2008 em diante, caso aplicável.

CPFL Piratininga

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo 2,5 em 2007, valor máximo 3,0 em 2008 e valor máximo de 2,5 em 2009 e anos subsequentes, quando aplicável;
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,80 de 2007 e anos subsequentes, quando aplicável.

RGE

BNDES – FINEM I

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.
-

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

BNDES – FINEM IV

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – menor ou igual a 2,5;
- Endividamento financeiro líquido dividido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

CPFL Geração

Os empréstimos captados do BNDES pelas controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA, CERAN e Foz do Chapecó, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada indireta CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

O empréstimo da ENERCAN junto as instituições BNDES e BID contempla cláusulas que requerem da controlada indireta a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Em decorrência dos sinistros ocorridos nos túneis de desvio da UHE Campos Novos, o início da operação comercial foi postergado, comprometendo a geração de caixa no prazo originalmente previsto, com reflexo nas obrigações contratuais assumidas. A administração da ENERCAN já solicitou às referidas instituições financeiras a revisão dos parâmetros contratuais, tendo obtido a confirmação de que não constará nesta revisão a decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento.

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*).

A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade e de suas controladas, exceto pelo comentado acima em relação a ENERCAN, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

17. DEBÊNTURES

No consolidado, na proporção de participação da Sociedade, em 31 de dezembro de 2008 e 2007 as principais informações sobre as emissões de debêntures é como segue:

	Quantidade em Circulação	Remuneração	Taxa Efetiva	Condições de Amortização	Garantias	2008				2007			
						Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Controladora													
3ª Emissão													
Série Única	45.000	CDI + 0,45% a.a. (1)	CDI + 0,53%	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografária	2.536	-	56.930	59.466	2.022	-	56.930	58.952
						2.536	-	56.930	59.466	2.022	-	56.930	58.952
CPFL Paulista													
2ª Emissão													
1ª Série	11.968	109% do CDI	109% CDI + 0,24% aa	1º de julho de 2009	Quirografária	1.089	15.141	-	16.230	899	-	15.141	16.040
2ª Série	13.032	IGP-M + 9,8% a.a.	IGP-M + 10,04%	1º de julho de 2009	Quirografária	1.066	21.582	-	22.648	932	-	19.637	20.569
3ª Emissão													
1ª Série	64.000	104,4% do CDI	104,4% CDI + 0,05%aa	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	896	-	80.966	81.862	674	-	80.966	81.640
						3.051	36.723	80.966	120.741	2.505	-	115.744	118.249
CPFL Piratininga													
1ª Emissão													
1ª Série	40.000	104,4% do CDI	104,4% CDI + 0,16% aa	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia	3.438	-	50.604	54.042	2.864	-	50.604	53.468

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

2ª Emissão													
Série Única	1	106,45% do CDI	106,45 CDI + 0,3% aa	104,45% CDI + 0,3% aa	02 de maio de 2011	440	-	12.651	13.091	-	-	-	
						3.878	-	63.255	67.133	2.864	-	50.604	53.468
RGE													
2ª Emissão													
1ª Série	2.620	IGP-M + 9,6%	IGP-M + 9,73% aa	1º de abril de 2011	Quirografária	257	241	3.315	3.813	463	-	3.315	3.778
2ª Série	20.380	106,0% do CDI	106% CDI + 0,12%aa	1º de abril de 2009	Quirografária	893	25.783	-	26.676	706	-	25.783	26.489
3ª Emissão													
1ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (2)	100% CDI + 0,71% aa	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	140	-	12.651	12.791	112	-	12.651	12.763
2ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (3)	100% CDI + 0,71% aa	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	1.223	-	17.711	18.934	-	-	-	-
3ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (4)	100% CDI + 0,71% aa	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	290	-	5.060	5.350	-	-	-	-
4ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (5)	100% CDI + 0,84% aa	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	216	-	6.326	6.542	-	-	-	-
5ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (5)	100% CDI + 0,84% aa	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	216	-	6.326	6.542	-	-	-	-
						3.235	26.024	51.389	80.648	1.281	-	41.749	43.030
CPFL Geração													
2ª Emissão	69.189	TJLP + 4 a 5% a.a.	TJLP a 5% aa	Semestral com quitação em junho de 2009	Aval da CPFL Energia, Recebíveis e ações da CPFL Geração	82	10.238	-	10.320	218	19.029	10.217	29.464
						82	10.238	-	10.320	218	19.029	10.217	29.464
BAESA													
1ª Série	9.000	100% do CDI + 0,3% a.a.	100% CDI + 0,43% aa	Trimestral com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança	67	400	2.702	3.169	128	400	3.234	3.762
2ª Série	9.000	100% do CDI + 0,4% a.a.	106% CDI + 0,12%aa	Annual com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança	69	-	1.180	1.249	30	132	916	1.078
						136	400	3.882	4.418	158	532	4.150	4.840
						12.918	73.385	256.422	342.725	9.048	19.561	279.394	308.003

A Sociedade e suas controladas possuem swap convertendo o componente prefixado dos juros da operação para variação da taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 104,4% do CDI	(3) 104,85% do CDI	(5) 104,87% do CDI
(2) 105,7% do CDI	(4) 104,9% do CDI	

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de Debêntures tem seus vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2010	26.096
2011	84.812
2012	62.521
2013	62.521
Após 2013	<u>20.472</u>
Total	<u>256.422</u>

Principais captações (proporcionais à participação da Sociedade):

CPFL Piratininga

Em 1º de outubro de 2008, a controlada indireta CPFL Piratininga emitiu debêntures, conforme deliberação em reunião do Conselho de Administração de 29 de setembro de 2008, sendo a distribuição pública não conversível em ações, da 2ª Emissão, nominativa e escritural, em série única, da espécie subordinada, com valor nominal unitário na data

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

de emissão de R\$ 12.651, no consolidado, sendo remunerada a 106,45% do CDI. Os encargos serão pagos em 1º de outubro de 2009 e de 2010, e na amortização do principal, com vencimento em 02 de maio de 2011. A referida emissão foi efetuada para liquidação, em outubro de 2008, de nota promissória junto ao Banco do Brasil e que visava suprir a necessidade de capital de giro.

RGE

Em 1º de dezembro de 2007, a controlada indireta RGE promoveu a terceira emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, escritural e nominativa, sem a emissão de cautela, não conversíveis em ações e sem opção de repactuação programada no valor total de R\$ 48.074, no consolidado. Os objetivos da emissão foram adequar o perfil econômico-financeiro da RGE, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas que vencerão até 2009. A 1ª série foi subscrita e integralizada em dezembro de 2007 no montante de R\$ 12.651, sendo as demais integralizadas em 2008, no montante de R\$ 35.423. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1º, de acordo com a data da emissão de cada série.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Energia

- a relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3,75 vezes; e
- a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

CPFL Paulista

- a relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 vezes; e
- a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

CPFL Piratininga

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

- a relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3 vezes; e
- a relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

RGE

- Dívida Total dividida pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0.
- EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras, maior ou igual a 2,0;
- Dívida Total dividida pela Capitalização Total, menor ou igual a 0,55

BAESA

As debêntures de emissão da controlada indireta BAESA prevêm o vencimento antecipado quando o índice de endividamento total superar o limite de 75% dos seus ativos totais.

Diversas debêntures das controladas diretas e indiretas estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade.

No entendimento da Administração da Sociedade e suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais.

18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, através da Fundação CESP, a controlada indireta RGE através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, a controlada indireta CPFL Santa Cruz através da BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil e a controlada indireta CPFL Jaguariúna através da IHPREV Fundo de Pensão, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

CPFL Paulista

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada indireta CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos empregados

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.

Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
- as aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. Conforme definido em contrato, a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o déficit/superávit apurado em laudo atuarial, realizado de acordo com as regras da Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”), que difere dos critérios de registros contábeis adotado pela controlada em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2008, no consolidado, é de R\$ 88.898 (R\$ 70.870 em 31 de dezembro 2007).

CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar – “SPC”, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um “Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS”, e um “Plano de Benefícios Misto”, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de março de 1998 – plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado
-

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

(BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos empregados inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.

- b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998). A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Definida – implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana El. São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante), referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. Conforme definido em contrato, a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o déficit/superávit apurado em laudo atuarial, realizado de acordo com as regras do SPC, que difere dos critérios de registros contábeis adotado pela controlada em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 23.215 (R\$ 18.447 em 31 de dezembro de 2007).

RGE

Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, incluindo o presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE.

CPFL Santa Cruz

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

O plano de benefícios da controlada Santa Cruz, inicialmente administrado pela FUNSEJEM, passou a partir de 01 de novembro de 2007 a ser administrada pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil. O plano da controlada Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

CPFL Geração

Atualmente, vigora para os funcionários da controlada indireta CPFL Geração um “Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado” e um “Plano de Benefícios Misto”, exatamente nos moldes da controlada indireta CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 260 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. Conforme definido em contrato, a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o déficit/superávit apurado em laudo atuarial, realizado de acordo com as regras do SPC, que difere dos critérios de registros contábeis adotado pela controlada em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação, em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 1.801 (R\$ 1.432 em 31 de dezembro de 2007).

CPFL Jaguariúna

Em Dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

Movimentações dos planos de benefício definido

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, de suas controladas diretas e indiretas, conforme laudo preparado por atuário externo, inclusive com premissas validadas pela Administração da CPFL Energia, seguem critérios da Deliberação CVM 371/00 e estão assim apresentados:

	2008				Consolidado
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	388.021	97.994	22.104	8.362	516.481

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Valor justo dos ativos do plano	<u>(305.301)</u>	<u>(78.268)</u>	<u>(22.861)</u>	<u>(6.478)</u>	<u>(412.908)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	82.720	19.726	(757)	1.884	103.573
Ajustes por diferimentos permitidos					
Ganhos atuariais não reconhecidos	(30.379)	(4.972)	(1.080)	(1.034)	(37.465)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(9)	-	-	(9)
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	<u>52.341</u>	<u>14.745</u>	<u>(1.837)</u>	<u>850</u>	<u>66.099</u>
Redução de 50% no Ativo Atuarial (*)	-	-	911	-	911
Ativo/Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>52.341</u>	<u>14.745</u>	<u>(926)</u>	<u>850</u>	<u>67.010</u>

	2007				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	343.251	84.557	20.033	7.294	455.135
Valor justo dos ativos do plano	<u>(294.786)</u>	<u>(74.729)</u>	<u>(24.329)</u>	<u>(6.528)</u>	<u>(400.372)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	48.465	9.828	(4.296)	766	54.763
Ajustes por diferimentos permitidos					
Ganhos atuariais não reconhecidos	19.086	8.416	3.405	456	31.363
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(10)	-	-	(10)
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	<u>67.551</u>	<u>18.234</u>	<u>(891)</u>	<u>1.222</u>	<u>86.116</u>
Redução de 50% no Ativo Atuarial (*)	-	-	445	-	445
Ativo/Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>67.551</u>	<u>18.234</u>	<u>(446)</u>	<u>1.222</u>	<u>86.561</u>

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora RGE e os participantes, e portanto, reconhecido somente 50%

As perdas atuariais não reconhecidas em 31 de dezembro de 2008, que excedem 10% das obrigações ou dos ativos do Plano, terão necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	2008				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Passivo atuarial líquido no início do exercício	67.550	18.234	(446)	1.222	86.560
Receitas reconhecidas na demonstração do resultado	(8.390)	(1.565)	(466)	(226)	(10.647)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	<u>(6.819)</u>	<u>(1.924)</u>	<u>(14)</u>	<u>(146)</u>	<u>(8.903)</u>
Passivo atuarial líquido no final do exercício	<u>52.341</u>	<u>14.745</u>	<u>(926)</u>	<u>850</u>	<u>67.010</u>
Outras Contribuições	1.577	38	1.226	19	2.860
Total	<u>53.918</u>	<u>14.783</u>	<u>300</u>	<u>869</u>	<u>69.870</u>
Circulante	4.043	1.138	300	97	5.578
Não Circulante	<u>49.875</u>	<u>13.645</u>	-	<u>772</u>	<u>64.292</u>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Contribuições esperadas dos participantes	(4)	(164)	(139)	-	(307)
Subtotal	10	457	(76)	37	428
Redução de 50% no Resultado Atuarial (*)	-	-	37	-	37
Total da Receita/(Despesa)	10	457	(39)	37	465

	2008 Realizadas				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
	Custo do service	137	579	156	13
Juros sobre obrigações atuariais	33.928	8.409	2.025	721	45.083
Rendimento esperado dos ativos do plano	(42.451)	(10.376)	(2.957)	(943)	(56.727)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	1	-	-	1
Amortização de ganhos atuariais não reconhecidas	-	-	(157)	-	(157)
Subtotal	(8.386)	(1.387)	(933)	(209)	(10.915)
Contribuições esperadas dos participantes	(4)	(177)	-	(18)	(199)
Subtotal	(8.390)	(1.564)	(933)	(227)	(11.114)
Redução de 50% no Resultado Atuarial (*)	-	-	468	-	468
Total	(8.390)	(1.564)	(465)	(227)	(10.646)

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora RGE e os participantes, e portanto, reconhecido somente 50%.

Na demonstração do resultado consolidado, as receitas foram registradas na rubrica “Custo de Operação” no valor total de R\$ 10.646 (R\$ 5.932 em 2007)

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração		RGE	
	2009	2008	2009	2008
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,24% a .a.	10,24% a .a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	(*)	(**)	10,24% a.a.	12,32% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a .a.	6,08% a .a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a.a.	4,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	Light-Média	Light-Média

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Taxa de rotatividade esperada:	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	nula	nula
--------------------------------	------------------------------	------------------------------	------	------

(*) CPFL Paulista e CPFL Geração 13,05% a.a. e CPFL Piratininga 12,84% a.a.

(**) CPFL Paulista e CPFL Geração 14,82% a.a. e CPFL Piratininga 14,14% a.a.

19. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	2008	2007
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	421	294
Reserva Global de Reversão – RGR	943	726
Taxa de fiscalização – ANEEL	257	237
Conta Consumo Combustível – CCC	6.097	3.441
Contribuição de Desenvolvimento Energético – CDE	4.181	3.993
	<u>11.899</u>	<u>8.691</u>

20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado	
	2008	2007
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	34.931	37.290
Programa de Integração Social – PIS	1.138	1.476
Contribuição para Financiamento da Integridade Social – COFINS	5.531	6.725
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ	13.154	25.129
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	2.078	5.565
Outros	2.727	2.330
	<u>59.559</u>	<u>78.515</u>
Circulante	58.744	76.424
Não circulante	815	2.091

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, na proporção de participação da Sociedade, os saldos das provisões se constituem como se segue:

	Consolidado			
	2008			
	<u>Provisão para Contingência - Bruta</u>	<u>Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)</u>	<u>Provisão para Contingência - Líquida</u>	<u>Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)</u>
<u>Trabalhistas</u>				
Diversos	6.971	6.245	726	7.501
<u>Cíveis</u>				
Danos Pessoais	1.828	1.828	-	6.320
Majoração Tarifária	1.345	399	946	1.941
Energia Comprada	1.646	1.673	(27)	-
Outras	847	690	157	1.283
	<u>5.666</u>	<u>4.590</u>	<u>1.076</u>	<u>9.544</u>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

<u>Fiscais</u>				
FINSOCIAL	2.338	2.338	-	4.323
PIS e COFINS - Ampliação de Base	161	90	71	38
PIS e COFINS - JCP	8.894	-	8.894	-
Imposto de Renda	7.554	5.062	2.492	52.692
Outras	1.011	651	360	1.805
	<u>19.958</u>	<u>8.141</u>	<u>11.817</u>	<u>58.858</u>
Total	<u>32.595</u>	<u>18.976</u>	<u>13.619</u>	<u>75.903</u>

Consolidado

2007

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

	<u>Provisão para Contingência - Bruta</u>	<u>Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)</u>	<u>Provisão para Contingência - Líquida</u>	<u>Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)</u>
<u>Trabalhistas</u>				
Diversos	8.427	6.508	1.919	4.451
<u>Cíveis</u>				
Danos Pessoais	1.862	1.603	259	2.595
Majoração Tarifária	2.008	515	1.493	759
Energia Comprada	5.163	3.564	1.599	-
Outras	1.239	1.089	150	1.810
	<u>10.272</u>	<u>6.771</u>	<u>3.501</u>	<u>5.164</u>
<u>Fiscais</u>				
FINSOCIAL	2.299	2.299	-	4.251
PIS e COFINS - Ampliação de Base	328	-	328	38
PIS e COFINS – JCP	5.922	-	5.922	-
Imposto de Renda	6.629	4.089	2.540	47.475
Outras	1.048	433	614	1.629
	<u>16.226</u>	<u>6.821</u>	<u>9.404</u>	<u>53.393</u>
Total	<u>34.925</u>	<u>20.100</u>	<u>14.824</u>	<u>63.008</u>

As movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Consolidado					
	2007	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	2008
Trabalhistas	8.427	250	(451)	(1.256)	1	6.971
Cíveis	10.272	911	(2.180)	(3.337)	-	5.666
Fiscais	16.226	3.569	(717)	(51)	931	19.958
Provisão para Contingências – Bruta	<u>34.925</u>	<u>4.730</u>	<u>(3.348)</u>	<u>(4.644)</u>	<u>932</u>	<u>32.595</u>
Depósitos Judiciais (1) + (2)	<u>83.108</u>	<u>12.375</u>	<u>(3.720)</u>	<u>(3.386)</u>	<u>6.503</u>	<u>94.879</u>

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a CPFL Energia e as controladas indiretas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e das Administrações das empresas envolvidas.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue (em valores proporcionais a participação da Bonaire):

- a) Trabalhista - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

Nos termos do protocolo de cisão da Bandeirante, a controlada indireta CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados locados nas respectivas regiões por ela assumidas, enquanto que as ações corporativas, anteriores à data da efetivação da cisão, 1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (56% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga).

- b) Danos Pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações. Tais processos incluem questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c) Majoração Tarifária - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n.ºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.
- d) Energia Comprada - Em decorrência da perda de consumidores livres, as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga solicitaram redução na demanda de potência nos contratos iniciais, sendo parcialmente atendida pela ANEEL. As controladas indiretas impetraram ação judicial, motivada pela não concordância com os montantes físicos determinados pela ANEEL, alegando divergência nos cálculos e efetuando depósitos judiciais mensais dos valores em questão.
- e) FINSOCIAL - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.
- f) PIS E COFINS - JCP - A controlada direta CPFL Energia obteve no final de 2005 liminar visando o não recolhimento do PIS e COFINS incidentes sobre a receita de juros sobre o capital próprio.
- g) Imposto de Renda - Na controlada indireta CPFL Piratininga, o registro refere-se a liminar obtida visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ. Na controlada indireta RGE, refere-se basicamente a pedido de suspensão de decisão da Secretaria da Receita Federal, visando considerar a dedutibilidade de valores referentes à complementação de aposentadoria de beneficiários da Fundação ELETROCEEE.
-

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Na controlada indireta CPFL Paulista refere-se à discussão da dedutibilidade para fins de Imposto de Renda, de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente a déficit previdenciário do plano de pensão dos funcionários perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada indireta, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB nº 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em março de 2000, a controlada indireta foi atuada pelas Autoridades Fiscais, relativamente ao uso do prejuízo fiscal nos exercícios de 1997 e 1998. Em 2007, em consequência de decisão judicial que exigiu o depósito para permitir a continuidade das discussões, a controlada indireta efetuou o referido depósito judicial para garantia em juízo que, atualizado para 31 de dezembro de 2008 é, no consolidado, de R\$ 52.462 (R\$ 47.203 em 31 de dezembro de 2007), proporcionais a participação da sociedade. Esta dedutibilidade gerou efeitos também em outros tributos e a controlada indireta com a finalidade de permitir a continuidade das discussões, ofereceu em garantia (fianças bancárias) o total de R\$ 28.856, atualizada na data base de 31 de dezembro de 2008. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, o risco de perda continua classificado como remoto

- h) Fiscais Outras - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial, administrativa e de natureza regulatória decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.
- i) Perdas possíveis - A CPFL Energia e as controladas indiretas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2008 estavam assim representadas, proporcionais a participação da sociedade: (i) R\$ 29.131 trabalhistas (R\$ 26.748 em 31 de dezembro de 2007); (ii) R\$ 62.255 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R\$ 50.444 em 31 de dezembro de 2007); e (iii) R\$ 66.459 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 59.051 em 31 de dezembro de 2007).

A Administração da controlada CPFL Energia e das controladas indiretas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Consumidores e Concessionárias	6.394	7.050	-	-
Passivo Regulatório (nota 3)	31.430	19.022	173	17
Programa de Eficiência Energética - PEE	4.678	5.723	9.060	7.572
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.704	4.337	7.217	5.634
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.540	3.064	29	412
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.721	1.552	14	141
Fundo para Reversão	-	-	2.246	2.246
Adiantamentos	880	1.452	5.969	10.449
Juros sobre Empréstimo Compulsório	312	330	-	-
Provisão para Gastos Ambientais	801	98	69	466
Folha de Pagamento	1.073	1.217	-	-
Participação nos Lucros	2.916	3.023	-	-
Outros	7.963	7.251	1.435	831
Total	66.412	54.119	26.212	27.768

Consumidores e Concessionárias – As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. Valores com concessionárias, referem-se basicamente a transações relacionadas a cisão parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Adiantamentos – No passivo circulante, referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços. No passivo não circulante, refere-se a aporte financeiro realizado exclusivamente pelo acionista Chapecoense na Foz do Chapecó. A controlada indireta CPFL Geração estará realizando futuramente os aportes relativos à sua participação mediante a necessidade fluxo de recursos no empreendimento de Foz do Chapecó.

Juros sobre Empréstimo Compulsório - Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o capital social da Bonaire está representado por 66.728.878, ações ordinárias escriturais sem valor nominal.

Capital Social

Em 18 de dezembro de 2008, foi deliberado em ata de Assembléia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Sociedade no montante de R\$ 166.971, mediante a capitalização de R\$ 35.484 do saldo da Reserva Legal e de R\$ 131.487 do saldo de dividendos declarados na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2008.

Dividendos

Em 30 de abril de 2008 conforme ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 47.320.

Em 18 de dezembro de 2008, foi aprovado em ata de Assembléia Geral Extraordinária o pagamento de dividendos no montante de R\$ 74.433.

Distribuição de Resultado do exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 2002 da Lei nº 6.404/76.

Em 28 de novembro de 2008, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizado na Sociedade, à título de Juros sobre o Capital Próprio, o montante de R\$ 33.666 equivalente a R\$ 0,504513 por ação bruto e R\$ 0,428836 por ação líquido;

Em 31 de dezembro de 2008, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizado na Sociedade, à título de Juros sobre o Capital Próprio, o montante de R\$ 3.154 equivalente a R\$ 0,047227 por ação bruto e R\$ 0,040180 por ação líquido. Adicionalmente, nesta data, por ocasião do encerramento do exercício de 2008, foi proposto pela diretoria, distribuição de dividendos no montante de R\$ 76.666.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e os valores propostos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, é a seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro líquido do exercício	195.635	216.758
Reserva legal (5%)	<u>(9.782)</u>	<u>(10.838)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>185.853</u>	<u>205.920</u>
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados	36.820	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Propostos	<u>76.666</u>	<u>205.920</u>
Total	<u>113.486</u>	<u>205.920</u>
Percentual da distribuição proposta em relação à base de cálculo dos dividendos	<u>61,06%</u>	<u>100%</u>

O saldo remanescente do lucro de 2008, no montante de R\$ 71.819 foi destinado a constituição de reserva de lucros para expansão (equivalente a 38,94% da base de cálculo de dividendos).

24. RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado					
	Consumidores		GWh (*)		R\$	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	5.564	5.368	11.649	10.766	569.254	576.292
Industrial	78	87	16.066	16.692	518.274	521.652
Comercial	494	484	6.938	6.509	305.048	315.541
Rural	233	265	2.449	2.511	55.503	60.983
Poderes públicos	42	40	1.027	972	42.933	44.560
Iluminação pública	7	5	1.355	1.284	33.561	34.995
Serviço público	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>1.634</u>	<u>1.590</u>	<u>53.411</u>	<u>56.757</u>
Fornecimento faturado	6.424	6.255	41.118	40.324	1.577.984	1.610.780
Consumo próprio	1	1	32	30	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)					(8.373)	(4.153)
Encargos emergenciais - ECE / EAEE					-	6
Ativo e passivos regulatórios (nota3)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.220)</u>	<u>(43.575)</u>
Fornecimento de energia elétrica	<u>6.425</u>	<u>6.256</u>	<u>41.150</u>	<u>40.354</u>	<u>1.555.391</u>	<u>1.563.058</u>
Fornas centrais elétricas			3.034	3.026	40.847	37.803
Outras concessionárias e permissionárias			5.073	3.842	70.165	36.054
Energia elétrica de curto prazo			<u>1.440</u>	<u>1.863</u>	<u>8.962</u>	<u>12.542</u>
Suprimento de energia elétrica			<u>9.547</u>	<u>8.731</u>	<u>119.974</u>	<u>86.399</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (b)					108.560	101.162
Subvenção baixa renda (nota 3)					7.963	1.763
Outras receitas e rendas					<u>26.302</u>	<u>44.994</u>
Outras receitas operacionais					<u>142.825</u>	<u>147.919</u>
					<u>1.818.190</u>	<u>1.797.376</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

25. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh (*)		R\$	
	2008	2007	2008	2007
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Itaipú Binacional	11.085	10.990	123.554	124.358
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.261	1.207	12.398	11.209
CESP - Cia Energética de São Paulo	1.711	1.071	17.384	10.627
Cia de Geração de Energia Elétrica do Tietê	302	377	3.560	4.128
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	219	1.195	2.015	14.685
Tractebel Energia S.A.	7.128	8.110	119.155	127.326
Petrobrás	1.718	1.717	24.543	24.786
CHESF- Cia Hidro Elétrica do São Francisco	1.121	634	11.373	5.468
CEMIG – Cia Energética de Minas Gerais	723	295	9.785	2.843
Termo Rio S.A.	309	-	7.981	-
Enguia Gen	72	-	5.012	-
AES Uruguaiana Ltda.	1.243	1.244	14.256	20.645
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	2.820	783	31.209	13.717
Outros	<u>3.436</u>	<u>2.051</u>	<u>63.654</u>	<u>31.535</u>
	33.148	29.674	445.879	391.327
Energia comprada no ambiente de contratação livre - ACL	<u>16.183</u>	<u>18.488</u>	<u>189.464</u>	<u>166.230</u>
	49.331	48.162	<u>635.343</u>	<u>557.557</u>
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)			30.273	6.164
Crédito PIS e COFINS			<u>(59.928)</u>	<u>(51.067)</u>
	<u>49.331</u>	<u>48.162</u>	<u>605.688</u>	<u>512.654</u>
<u>Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição</u>				
Encargos da rede básica			106.310	80.143
Encargos de transporte de itaipu			9.353	8.426
Encargos de conexão			6.673	6.239
Custo de Uso do Sistema de Distribuição			3.127	1.947
Encargos de serviço do sistema - ESS			<u>21.041</u>	<u>635</u>
			<u>146.504</u>	<u>97.390</u>
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)			(21.040)	(179)
Crédito PIS e COFINS			<u>(11.126)</u>	<u>(8.302)</u>
			114.338	88.909
			<u>720.026</u>	<u>601.563</u>

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

Em Encargos da Rede Básica, R\$ 12.448 do registro em 2008 refere-se ao acordo referente à cobrança do uso da Rede Elétrica junto a CTEEP conforme citado na nota 5.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

26. DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
<u>Despesas com vendas</u>				
Pessoal	-	-	8.480	7.007
Material	-	-	369	309
Serviços de terceiros	-	-	8.837	7.549
Provisão para devedores duvidosos	-	-	4.628	6.014
Depreciação e amortização	-	-	1.402	1.262
Taxa de arrecadação	-	-	6.133	6.018
Outros	-	-	1.331	25.994
Total	-	-	<u>31.180</u>	<u>54.153</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>				
Pessoal	-	-	18.066	14.617
Material	-	-	914	702
Serviços de terceiros	809	692	20.237	19.599
Arrendamento e aluguéis	-	-	719	556
Depreciação e amortização	-	-	2.784	2.579
Publicidade e propaganda	202	196	901	1.669
Legais, judiciais e indenizações	-	-	2.495	3.109
Doações, contribuições e subvenções	66	1.593	840	2.520
Outros	45	16	2.894	1.918
Total	<u>1.122</u>	<u>2.497</u>	<u>49.850</u>	<u>47.269</u>
<u>Outras despesas operacionais</u>				
Taxa de fiscalização	-	-	3.138	2.689
Perda (Ganho) na Alienação e Desativação de Ativo não circulante	-	-	-	3.008
Perda pelo Não Aproveitamento de Estudos e Projetos	-	-	1.843	748
Perdas de RTE e energia livre (nota 3)	-	-	101	1.231
Perda (Ganho) na variação percentual de participação em controlada	-	-	-	(593)
Outras	-	-	69	507
Total	-	-	<u>6.705</u>	<u>7.590</u>
Amortização de Intangível de Concessão	-	-	24.294	22.304
Total	<u>1.122</u>	<u>2.497</u>	<u>112.029</u>	<u>131.316</u>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendas de aplicações financeiras	34.513	9.873	51.557	23.363
Acrêscimos e multas moratórios	-	-	14.207	14.050
Atualização de créditos fiscais	-	-	812	754
Atualização de depósitos judiciais	-	-	6.503	1.978
Atualizações monetárias e cambiais	856	826	8.706	659
Remuneração CVA e parcela "A" (nota 3)	-	-	5.784	8.641
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	-	-	1.451	1.842
Remuneração recomposição tarifária extraordinária (nota 3)	-	-	76	2.599
PIS e COFINS sobre JCP	-	-	(2.294)	(2.247)
Outras	-	-	7.082	7.135
	<u>35.369</u>	<u>10.699</u>	<u>93.884</u>	<u>58.774</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Encargos de dívidas	-	-	(75.087)	(66.598)
Despesas bancárias	-	-	(290)	(10.269)
Atualizações monetárias	-	-	(30.221)	(14.321)
Outras	-	-	(5.333)	(4.291)
	-	-	<u>(110.931)</u>	<u>(95.479)</u>
Despesa de Juros sobre o Capital Próprio	(36.820)	(12.267)	(36.820)	(12.285)
	-	-	<u>(147.751)</u>	<u>(107.764)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(1.451)</u>	<u>(1.568)</u>	<u>(53.867)</u>	<u>(48.990)</u>

28. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a controlada direta CPFL Energia e as controladas indiretas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2008 foi, em valores proporcionais à participação da Bonaire, de R\$ 4.381 (R\$ 3.631 em 2007). Após a antecipação paga no exercício de 2008, o saldo remanescente provisionado, em valores proporcionais à participação da Bonaire, é de R\$ 2.916 (nota 22).

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	<u>Consolidado</u>					
	<u>Distribuição</u>	<u>Geração</u>	<u>Comercialização</u>	<u>Outros (*)</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Total</u>
2008						
Vendas	1.616.633	48.789	152.768	-	-	1.818.190
(-) Vendas entre sociedades parceiras	6.554	69.115	111.626	-	(187.295)	-
Resultado do Serviço	192.949	69.199	38.202	(5.941)	-	294.409
Lucro antes dos impostos	176.554	40.676	39.752	(16.440)	-	240.542
Lucro Líquido	115.993	30.607	27.516	21.519	-	195.635
Total do Ativo (**)	1.244.800	570.251	49.031	394.971	-	2.259.053
Aquisições do Imobilizado	84.019	63.471	1.427	39	-	148.956
Depreciação e Amortização	59.945	11.136	375	13	-	71.469
2007						
Vendas	1.642.811	41.651	112.914	-	-	1.797.376
(-) Vendas entre sociedades parceiras	1.462	47.060	124.663	-	(173.185)	-
Resultado do Serviço	260.025	58.832	44.558	(5.061)	-	358.354
Lucro antes dos impostos	239.209	40.452	45.304	(15.601)	-	309.364
Lucro Líquido	156.337	35.657	30.273	(5.852)	-	216.415
Total do Ativo (**)	1.400.305	487.305	32.358	268.929	-	2.188.897
Aquisições do Imobilizado	88.649	56.339	141	786	-	145.915
Depreciação e Amortização	59.446	9.714	176	12	-	69.348

(*) Outros - Refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações dos saldos com partes relacionadas.

(**) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade tem como acionista o Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações, sendo este controlado por fundos de pensão (quotistas), nas seguintes proporções :

<u>Quotistas</u>	<u>%</u>
Fundação CESP	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	32,23
Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	0,60

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Sociedade. Foram consideradas como tendo influência significativa, aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados nos quadros 30.1 e 30.2.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

a) Saldo Bancário e Aplicação Financeira

Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 4.

b) Empréstimos, Debêntures e Derivativos

Corresponde a captação de recursos conforme descrito nas notas 16 e 17, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época.

c) Outras Operações Financeiras

Os valores com Votorantim Energia e Banco Itaú referem-se basicamente a custos associados a operações financeiras de garantias. Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. Adicionalmente, a Sociedade possui Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo Votorantim Asset Management e pelo BB DTVM, os quais cobram taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que serão apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.

d) Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços

Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.

e) Venda de Energia no Mercado Livre

Refere-se basicamente à venda de energia a consumidores livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Sociedade como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Sociedade.

f) Suprimento de energia no mercado livre

Refere-se basicamente a aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Sociedade como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Sociedade.

g) Outras Receitas

Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.

As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido juntos à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados, conforme descrito na nota 18.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Sociedade possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A controlada em conjunto CPFL Energia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito na nota 16 e 17.

A remuneração total do pessoal-chave da administração da controlada em conjunto CPFL Energia em 2008, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi, proporcional a participação da Bonaire, de R\$ 1.568. Este valor é composto por R\$ 1.518 referente a benefícios de curto prazo e R\$ 50 de benefícios pós-emprego. Na Sociedade, não há remuneração dos administradores.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)**
**30.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores,
 entidades sob o controle comum ou influência significativa:**

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		COMPRAS	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Saldo Bancário e Aplicação Financeira										
Banco do Brasil	8.537	4.823	-	-	337	268	48	430	-	-
Banco Itaú S.A.	3.308	12.029	-	-	78	121	4	216	-	-
Banco Votorantim S.A.	7.260	6.701	-	-	914	879	-	-	-	-
Empréstimos, Debêntures e Derivativos										
Banco do Brasil	33.719	-	131.158	97.047	-	-	10.641	11.668	-	-
Banco Itaú S.A.	372	-	12.811	13.084	-	-	393	1.899	-	-
Outras operações financeiras										
Banco do Brasil S.A.	-	-	1.094	-	58	-	304	615	-	-
Banco Itaú S.A.	-	-	-	-	-	-	194	713	-	-
Votorantim Energia Ltda	-	-	-	-	-	-	24	15	-	-
Votorantim Asset Management	-	-	-	-	-	-	25	15	-	-
BB DTVM	-	-	-	-	-	-	719	794	-	-
Venda de Energia - Mercado Livre										
Camargo Correa Cimentos S.A.	-	-	-	-	257	-	-	-	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	1	-	-	-	81	936	-	-	-	-
Companhia Vale do Rio Doce	-	-	-	-	130	354	-	-	-	-
NC Energia S.A.	260	67	-	-	2.992	1.101	-	-	-	-
Ripasa S.A Celulose e Papel	-	1	-	-	580	522	-	-	-	-
Santista Textil S.A.	-	-	-	-	345	234	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia - Mercado Livre										
Celesc - Centrais Elétricas Sta Catarina	-	-	-	-	-	-	-	208	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	-	-	-	115	1.582	-	-
Companhia Vale do Rio Doce Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	-	-	59	-	-	-
	-	-	-	-	2.727	1.385	248	-	-	-
Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço										
Anfreixo S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Brasil Telecom S.A.	-	-	7	2	-	-	138	201	-	-
Camargo Correa Cimentos S.A. Camargo Correa Equipamentos e Sistemas S.A.	-	-	0	-	-	-	28	31	-	-
	-	-	44	-	-	-	-	-	632	692
Camargo Correa S/A	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Cemig Distribuição S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	-	-	1	83	-	-	-	-	-	1.830
Companhia Brasileira de Alumínio Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	-	-	-	39	-	-	380	402	111	987
	-	-	-	2	-	-	28	15	-	-

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Construções e Comércio Camargo Correa S.A.	1.415	164	71	1.195	-	-	-	-	16.181	21.253
Essencis Co-Processamento Ltda	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Essencis Remediação S.A.	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-
Petroflex Ind. E Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	546	286	-	-
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	-	-	-	6	7	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	-	-	-	89	-	-	-	-	213	720
Tivit Tecnologia da Informação S.A.	-	-	-	-	-	-	-	202	-	-
Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.	-	-	44	5	-	-	562	238	-	-
Votorantim Cimentos Brasil Ltda	-	-	1	40	-	-	-	-	2.234	212
WEG Equipamentos Elétricos S.A.	-	-	176	-	-	-	343	568	191	-
WEG Industriais S.A.	-	-	-	-	-	-	-	116	-	-
Outras receitas										
Brasil Telecom S.A.	-	105	-	-	1.328	1.246	-	-	-	-

30.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Dividendos / Juros sobre o capital próprio								
Companhia Paulista de Força e Luz	36.644	52.951	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	16.183	19.928	-	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	30.910	22.168	-	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	15.677	13.749	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	2.825	4.708	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	7.478	11.850	-	-	-	-	-	-
Perácio Participações S.A.	2.234	2.214	-	-	-	-	-	-
Alocação de Despesas entre Empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	18	-	-	-	215	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	3	-	4	-	48	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	2	-	-	-	29	-
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	10	4
Mútuo								
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	132	-	-	-	2	-	-	-
AFAC								
Perácio Participações S.A.	51.782	51.782	-	-	-	-	-	-
Outros								
Perácio Participações S.A.	536	536	-	-	-	-	-	-

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

31. SEGUROS (*)

As controladas em conjunto mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são (considerando a participação proporcional da Sociedade):

	Consolidado	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ativo Imobilizado	667.888	533.080
Transporte	9.564	5.528
Material Estocado	3.521	4.642
Automóveis	1.412	10.961
Responsabilidade Civil	27.886	21.078
Pessoas	16.157	14.798
Outros	<u>70.767</u>	<u>47.810</u>
Total	<u>797.195</u>	<u>637.897</u>

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

Os valores de 2008 e 2007 incluem as coberturas de riscos referentes à participação da Controlada em conjunto CPFL Energia nos projetos de geração.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) mensurados ao valor justo contra resultado, (iii) mantidos até o vencimento e, (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

i. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Controlada em conjunto CPFL Energia e as controladas indiretas têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5), (ii) dividendos e juros sobre o capital próprio (nota 12.1c) e, (iii) outros créditos (nota 11).

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

ii. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os ativos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas afim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado da Sociedade.

Os principais ativos financeiros que a Sociedade e suas controladas diretas e indiretas têm classificados nesta categoria são: (i) disponibilidades e aplicações financeiras (nota 4) e (ii) derivativos.

iii. Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas classificaram nesta categoria os seguintes ativos financeiros: (i) título recebível com a CESP (nota 6) e, (ii) créditos a receber da controlada CPFL Paulista junto a CESP (nota 11).

iv. Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido da Sociedade.

A Sociedade e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo contra resultado e, (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

i. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas afim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado consolidado da Sociedade.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 16) e, (ii) derivativos.

ii. Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente ao método do custo amortizado

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 15), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 16), (iii) encargos de dívidas (nota 16); (iv) encargos de debêntures (nota 17); (iv) debêntures (nota 17) e (v) outras contas a pagar (nota 22).

Considerações sobre Riscos

Os negócios da controlada direta CPFL Energia e das controladas indiretas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Sociedade e suas controladas trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação ao CDI. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da CPFL Energia e das controladas indiretas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a CPFL Energia e as controladas indiretas têm como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Para uma parcela das debêntures emitidas há operações de swap visando a alterações das taxas de juros. Adicionalmente as controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração de Dívidas: A CPFL Energia e as controladas indiretas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de riscos dos Instrumentos Financeiros

A controlada CPFL Energia e as controladas indiretas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a CPFL Energia e as controladas indiretas utilizam-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o VaR - *Value at Risk*, *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais as controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Sociedade e controladas suportados, por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a CPFL Energia e as controladas indiretas tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a CPFL Energia e as controladas indiretas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, as controladas atendem aos requisitos da lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curva de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, Bovespa e Andima.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a CPFL Energia e as controladas indiretas possuem outros **passivos financeiros não mensurados ao valor justo**, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado, nas datas base de 31 de dezembro de 2008 e de 2007, são como segue:

	Consolidado			
	2008		2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	372.750	347.963	364.756	349.165
Debêntures (nota 17)	342.723	346.109	308.003	311.538
Total	715.473	694.072	672.759	660.703

Quanto ao investimento da Sociedade na CPFL Energia, registrado pela equivalência patrimonial, quando comparado aos valores de mercado em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 é como segue:

	Valor Patrimonial	Valor de Mercado (a)
Ação da CPFL Energia em 31 de dezembro de 2008 – R\$	10,46	30,32
31 de dezembro de 2007 – R\$	10,32	34,19

- (a) Valor da cotação média da ação da CPFL Energia, em referidas datas, de acordo com a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA).

Instrumentos Derivativos

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Conforme comentado anteriormente, a CPFL Energia e as controladas indiretas possuem por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A CPFL Energia e as controladas indiretas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela CPFL Energia e as controladas indiretas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, as respectivas dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Ademais, a CPFL Energia e as controladas indiretas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)**

Em 31 de dezembro de 2008, a CPFL Energia e as controladas indiretas detinham operações de *swap*:

Empresa / estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores de mercado, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Contrapartes
	Ativo	(Passivo)								
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo										
CPFL Paulista										
Hedge variação cambial	20.445	(7.069)	13.376	20.697	(7.321)	yen	08/2009 a 01/2012	144.517	Balcão	ABN, Banco do Brasil
CPFL Piratininga										
Hedge variação cambial	1.715	-	1.715	1.699	16	dólar	02/2009	5.368	Balcão	BNP Paribas
CPFL Geração										
Hedge variação cambial	29.740	-	29.740	31.761	(2.021)	yen	04/2010 a 01/2011	61.580	Balcão	Banco do Brasil
RGE										
Hedge variação cambial	1.937	-	1.937	1.958	(21)	yen	09/2009	3.416	Balcão	Banco do Brasil
Subtotal	53.837	(7.069)	46.768	56.115	(9.347)					
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo										
CPFL Energia (controladora)										
Hedge variação de taxa de juros ⁽¹⁾	-	(168)	(168)	(21)	(147)	CDI + spread	03/2009 a 09/2014	56.930	Balcão	Citibank
CPFL Paulista										
Hedge variação cambial	-	354	354	347	7	dólar	04/2009	1.448	Balcão	HSBC, Itau BBA
CPFL Geração										
Hedge variação de taxa de juros ⁽²⁾	70	-	70	80	(10)	IGP-M	06/2010	9.754	Balcão	Unibanco, Santander, HSBC
Hedge variação cambial	886	-	886	781	104	dólar	01/2009 a 06/2009	8.210	Balcão	HSBC, Santander, Itau BBA
	956	186	1.142	1.187	(46)					
RGE										
Hedge variação de taxa de juros ⁽¹⁾	33	-	33	(1)	34	CDI + spread	06/2009 a 12/2013	48.074	Balcão	Santander, Citibank
Hedge variação cambial	3	-	3	3	-	dólar	01/2009	46	Balcão	HSBC
	36	-	36	2	34					
Subtotal	992	186	1.178	1.190	(12)					
Total consolidado	54.829	(6.883)	47.946	57.305	(9.359)					

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Circulante	4.620	(6.761)	(2.141)
Não circulante	<u>50.209</u>	<u>(122)</u>	<u>50.087</u>
Total	<u>54.829</u>	<u>(6.883)</u>	<u>47.946</u>

* Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17

⁽¹⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nominal reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

⁽²⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade mensal, assim o valor nominal reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Apesar das perdas líquidas apuradas na marcação a mercado dos instrumentos derivativos demonstrados acima, tais efeitos foram minimizados pela opção exercida pela CPFL Energia e as controladas indiretas por também marcar a mercado as dívidas que possuem instrumentos de *hedge* atrelados. Demonstramos a seguir os efeitos da marcação a mercado das dívidas, compensando as perdas apuradas somente para os respectivos derivativos atrelados.

<u>Empresa</u>	<u>Derivativos*</u>	<u>Dívidas</u>	<u>Líquido</u>
CPFL Paulista	(7.321)	6.461	(860)
CPFL Piratininga	16	(23)	(7)
CPFL Geração	(2.021)	1.349	(672)
RGE	<u>(20)</u>	<u>8</u>	<u>(12)</u>
	<u>(9.346)</u>	<u>7.795</u>	<u>(1.551)</u>

* Referem-se tão somente aos derivativos de dívidas designadas a valores justos

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

A CPFL Energia e as controladas indiretas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 2008 e 2007, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Empresa	Risco protegido / operação	Conta contábil	2008	2007
			Ganho (perda)	
CPFL Energia	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	1.028	(4.159)
CPFL Energia	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	(52)	(3)
CPFL Energia	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	333	(349)
CPFL Paulista	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	5.061	(13.918)
CPFL Paulista	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	(6.714)	(479)
CPFL Piratininga	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	1.699	(2.102)
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	16	-
CPFL Geração	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	35.113	(7.709)
CPFL Geração	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	28	-
CPFL Geração	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	(1.405)	(483)
RGE	Variação cambial	Despesa financeira - Adm Outras desp fin	2.044	(360)
RGE	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Adm Outras desp fin	38	293
RGE	Marcação a mercado	Despesa financeira - derivativos ajustes fair value	32	(151)
			<u>37.221</u>	<u>(29.420)</u>

Efeitos da adoção inicial do CPC 14- Instrumentos Financeiros

Devido à adoção inicial do CPC 14 – Instrumentos Financeiros, a CPFL Energia e as controladas indiretas realizaram a marcação a mercado dos instrumentos derivativos e algumas dívidas com derivativos atrelados de forma retrospectiva. Os ajustes efetuados estão segregados conforme quadro a seguir:

Empresa	2008		2007		Exercícios anteriores	
	Derivativos	Dívida	Derivativos	Dívida	Derivativos	Dívida
CPFL Energia	333	(267)	(349)	345	(130)	(78)

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

CPFL Paulista	(6.714)	6.220	(479)	302	(121)	(62)
CPFL Piratininga	16	(23)	-	-	-	-
CPFL Geração	(1.405)	1.086	(483)	271	(40)	(8)
RGE	32	(13)	(151)	23	131	-
	<u>(7.738)</u>	<u>7.003</u>	<u>(1.462)</u>	<u>941</u>	<u>(160)</u>	<u>(148)</u>

Outras exposições cambiais

Cabe ressaltar que a controlada indireta ENERCAN não possui *swaps*, para proteção cambial, correspondentes a dívida, em valores proporcionais a participação da Sociedade, de R\$ 13.482 junto ao BID e BNDES pelo fato de um percentual de seus reajustes tarifários contemplar a variação cambial do período tarifário. Embora exista o *hedge* natural para a exposição, o efeito da variação cambial destas dívidas gerou, no ano, uma perda de R\$ 4.121, que somente será recuperado a partir do próximo reajuste tarifário da controlada.

A controlada indireta CPFL Paulista possui um endividamento total em moeda estrangeira, em valores proporcionais a participação da Sociedade, de R\$ 88.082. Para se proteger da exposição cambial, contratou instrumentos derivativos de proteção diretamente atrelados ao endividamento no montante de R\$ 78.653. Para minimizar a exposição cambial, a controlada contratou ainda um instrumento derivativo não vinculado no montante de R\$ 1.892, em valores proporcionais a participação da Bonaire, além de possuir ativos indexados em dólares (crédito a receber da CESP e fundo vinculado à empréstimos ME – nota 11) em montante suficiente para anular um eventual impacto cambial.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a CPFL Energia e as controladas indiretas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 31 de dezembro de 2008 fosse mantida, a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

Instrumentos	Consolidado				
	Exposição (R\$ mil)	Risco	Depreciação cambial de 7%*	Depreciação cambial de 25%**	Depreciação cambial de 50%**
Instrumentos financeiros ativos	8.351	alta dólar	585	2.088	4.175
Instrumentos financeiros passivos	(43.107)	alta dólar	(3.018)	(10.777)	(21.553)

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Derivativos - Swap Plain Vanilla	19.093	alta dólar	1.336	4.773	9.546
	(15.663)		(1.097)	(3.916)	(7.832)
Instrumentos financeiros passivos	(184.235)	alta yen	(12.896)	(46.059)	(92.117)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	184.235	alta yen	12.896	46.059	92.117
	-		-	-	-
	(15.663)		(1.097)	(3.916)	(7.832)

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM 475/08

Variação das taxas de juros

Supondo (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2008 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulado para esta data base permaneçam estáveis (CDI – 13,6% a.a.; IGP-M – 9,81% a.a.; TJLP – 6,25% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para o próximo exercício social seria uma despesa financeira líquida de R\$ 70.905 (proporcional a participação da Bonaire). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I*	Consolidado	
				Elevação de índice em 25%**	Elevação de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	173.975	variação CDI	(3.358)	5.915	11.830
Instrumentos financeiros passivos	(330.240)	variação CDI	6.374	(11.228)	(22.456)
Derivativos - swap Plain Vanilla	(208.762)	variação CDI	4.029	(7.098)	(14.196)
	(365.027)		7.045	(12.411)	(24.822)
Instrumentos financeiros passivos	(50.398)	variação IGP-M	433	(1.236)	(2.472)
Derivativo - swap Plain Vanilla	8.995	variação IGP-M	(77)	221	441
	(41.403)		356	(1.015)	(2.031)
Instrumentos financeiros passivos	(275.192)	variação TJLP	688	(4.300)	(8.600)
Total de redução (aumento)	(681.622)		8.089	(17.726)	(35.453)

(*) Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 11,67%, 8,95% e 6%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM 475/08

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Reajuste tarifário

A ANEEL, através de Resoluções Homologatórias datadas de 27 de janeiro de 2009, estabeleceu os reajustes tarifários anuais a serem aplicados às tarifas de energia elétrica das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>CPFL Santa Cruz</u>	<u>CPFL Jaguari</u>	<u>CPFL Mococa</u>	<u>CPFL Leste Paulista</u>	<u>CPFL Sul Paulista</u>
Receita Verificada	24.328	9.742	6.072	9.327	11.048

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)

Parcela A total	17.696	8.205	4.424	6.036	8.453
Parcela B total	9.232	2.609	2.288	4.277	3.898
Receita Requerida (Parc. A + B)	26.928	10.814	6.712	10.313	12.351
Componentes Financeiros	3.609	38	44	243	(19)
Receita Total	<u>30.537</u>	<u>10.852</u>	<u>6.756</u>	<u>10.556</u>	<u>12.332</u>
Reajuste Tarifário Econômico	10,69%	11,01%	10,52%	10,58%	11,80%
Componentes Financeiros	13,40%	0,35%	0,66%	2,36%	-0,16%
Reajuste Tarifário Total	<u>24,09%</u>	<u>11,36%</u>	<u>11,18%</u>	<u>12,94%</u>	<u>11,64%</u>

Adicionalmente, a ANEEL homologou o resultado final do 2º ciclo de revisão tarifária das referidas empresas conforme demonstrado abaixo:

	Reposicionamento		Fator Xe	
	Econômico		Fator Xe	
	Provisório	Final	Provisório	Final
CPFL Santa Cruz	-9,73%	-17,05%	0,22%	0,00%
CPFL Jaguari	-0,35%	-3,79%	2,10%	1,69%
CPFL Mococa	-8,40%	-10,41%	0,24%	0,00%
CPFL Leste Paulista	-2,69%	-3,22%	1,07%	0,57%
CPFL Sul Paulista	-2,98%	-4,73%	1,31%	0,74%

Para maiores informações sobre os impactos contábeis relativos ao 2º ciclo de revisão tarifária, vide nota 3c.1.

33.2 Alteração de controle acionário

Em 30 de janeiro de 2009, através de Fato Relevante informado ao mercado, outra controladora em conjunto, VBC Energia S.A. divulgou a celebração do Contrato Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Camargo Corrêa S.A. (“CCSA”), Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (“CCCC”), e Votorantim Participações S.A. (“VPAR”), para aquisição da totalidade das ações detidas pela VPAR na Átila Holdings S.A., representativas de 50% do capital votante e total da VBC Energia S.A.

Com a referida aquisição foi consumada no dia 20 de fevereiro, a CCSA passa a deter indiretamente, a totalidade das ações da VBC Energia. A presente operação não implicará em alienação de controle da VBC Energia ou da Sociedade para fins da Lei nº. 6.404/76.

* * *